



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

**APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO POR
ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR**

MÁRIO LÚCIO DE ÁVILA

2001

MÁRIO LÚCIO DE ÁVILA

**APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO POR
ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração Administração de Empresas Rurais, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador

Prof. Dr. Mozar José de Brito

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

2001

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Ávila, Mário Lúcio

Apropriação das tecnologias digitais de comunicação e informação por organizações do terceiro setor / Mário Lúcio de Ávila. -- Lavras : UFLA, 2001.
101 p. : il.

Orientador: Mozar José de Brito.
Dissertação (Mestrado) – UFLA.
Bibliografia.

1. Tecnologia da informação. 2. Comunicação. 3. Terceiro setor. 4. ONGs. 5. Apropriação. 6. Redes . 7. Internet. 8. Organização. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-621.3981
-658.4038

MÁRIO LÚCIO DE ÁVILA

**APROPRIAÇÃO E IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS
DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
POR ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Lavras
como parte das exigências do
Curso de Mestrado em
Administração Rural, área de
concentração Administração de
Empresas Rurais, para obtenção do
título de "Mestre".

APROVADA em

Prof. Ph.D Marcos Affonso Ortiz Gomes

UFLA

Prof. Dr. Luiz Marcelo Antonialli

UFLA

Prof. Jones Oliveira de Albuquerque

UFLA



Prof. Dr. Mozar José de Brito

UFLA

(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

A Deus,

único, sempre e eterno...

À Teresa,

pôr seu sorriso e inspiração.

A Silvia,

pela compreensão e paciência.

OFEREÇO

Aos meus queridos pais, pelo eterno apoio e luz;
aos meus irmãos, Mauri e Fê, sempre amigos;
e a todos que compartilharam desta longa jornada;

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela inspiração, luz e perspectivas.

Aos funcionários e professores do DAE, pelo carinho, paciência e compreensão.

À FAPEMIG e à CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

À Universidade Federal de Lavras, outrora ESAL, que abriu as portas para minha formação superior.

Ao Prof. Mozar José de Brito, pela dedicação, eterna paciência e presteza na orientação.

Aos Professores Marcos Affonso Ortiz Gomes e Robson Amâncio, pela ajuda nos momentos mais difíceis, na busca pôr encontrar o “objeto de estudo”, do qual eu tanto precisava.

A RITS, Rede de Informações para o Terceiro Setor, pela abertura de portas e atendimento a todas as solicitações.

A todas as ONGs e Redes de ONGs que participaram da pesquisa, pela colaboração, riqueza de comentários e sugestões.

E a todos aqueles que, de uma maneira ou outra, colaboraram para a realização deste trabalho, especialmente os colegas Fabinho, Julinho, Marcio, Totonho, Léo, Tozóide, Lú e Andréia.

Àqueles que esqueci, lembrem-se sempre, muito obrigado.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 JUSTIFICATIVAS.....	5
1.2 OBJETIVOS	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1 TEORIA SISTÊMICA E TEORIA GERAL DE REDES	8
2.2 O PARADIGMA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	10
2.3 O TERCEIRO SETOR.....	14
2.4 AS TDCIs E AS REDES DO TERCEIRO SETOR.....	21
2.4.1 PARTICIPANDO DE REDES.....	23
2.4.2 APROPRIAÇÃO.....	25
2.4.3 EMPOWERMENT.....	28
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
3.1 PLANEJAMENTO DA PESQUISA.....	33
3.2 NATUREZA DA PESQUISA.....	34
3.3 AMOSTRAGEM.....	34
3.4 PROCESSO DA PESQUISA DE CAMPO	35
3.5 TÉCNICAS	36
3.6 PLANO DE ANÁLISE	37
3.6.1 INDICADORES DOS IMPACTOS SOCIAIS DA TDCIs NAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.	40
3.6.1.1 INDICADORES DE USO.....	40
3.6.1.2 INDICADORES DE GESTÃO.....	41
3.6.1.3 INDICADORES TECNOLÓGICOS.....	41

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	42
4.1 INTERNET NO BRASIL	42
4.2 USUÁRIOS DA INTERNET NO BRASIL	43
4.3 UNIVERSALIZAÇÃO DE ACESSO	48
4.4 TERCEIRO SETOR E AS TDCIs	53
4.5 EMPOWERMENT.....	67
5 CONCLUSÃO E INDICAÇÕES DE PESQUISA.....	76
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXOS.....	86
GLOSSÁRIO	99

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ALOP	Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
CSCW	Computer Supported Cooperative Work (ou Trabalho Cooperativo Auxiliado pôr Computador)
ECO-92	Conferência Mundial do Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992.
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FUST	Fundo de Universalização das Telecomunicações
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
NUA	Nua Internet Surveys - Nua Ltda. (empresa de consultoria).
OCARA	Rede Ocara é uma articulação de organizações... em tupi guarani, significa "ponto de encontro".
ONG	Organização Não Governamental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAONG	Programa Estadual de Apoio às ONGs do Estado de São Paulo
RETS	Revista do Terceiro Setor
RITS	Rede de Informações para o Terceiro Setor
SOCINFO	Sociedade da Informação
TDCI	Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação
TGN	Teoria Geral de Networks

TGS **Teoria Geral Sistemica**

WWW **World Wide Web**

RESUMO

ÁVILA, Mário Lúcio. **Apropriação das tecnologias digitais de comunicação e informação pôr organizações do terceiro setor.** LAVRAS: UFLA, 2001. p. (Dissertação - Mestrado)*

O presente trabalho buscou identificar o estado da arte da temática das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDCIs) no contexto das organizações do Terceiro Setor do Brasil, especificamente organizações não-governamentais (ONGs). O objetivo foi identificar como se dão as práticas organizacionais e as ações dessas organizações no cenário atual, em face das ações governamentais, no sentido de ampliar o acesso às tecnologias pôr meio do Programa Sociedade da Informação. Foi realizado um estudo descritivo com uma amostra de ONGs da região sudeste do país, para identificar questões ligadas à apropriação das tecnologias e do *empowerment* oferecido pôr estas às organizações. O contexto verificado, apesar de bastante heterogêneo, permite que algumas considerações sejam efetivadas. Dentre elas destacam-se as potencialidades oferecidas pelas ONGs para capilarizar as iniciativas de democratização do acesso às tecnologias, o crescente número de organizações do Terceiro Setor utilizando-se das TDCIs para ações diversas e as iniciativas pioneiras de ONGs, atuando no sentido de capacitar e promover a diminuição do analfabetismo digital em várias esferas da sociedade. Pôr outro lado, identificou-se também um cenário de grande preocupação, principalmente com relação à apropriação das tecnologias pôr parte das ONGs, sobretudo graças aos custos de aquisição e manutenção de produtos e serviços e da própria assimilação do uso destas tecnologias pôr parte das organizações estudadas. Como conclusão, evidencia-se a importância das ações que visem ampliar o acesso às tecnologias, inclusive para as ONGs, verdadeiros elementos de ligação entre as ações governamentais e a sociedade.

* Comitê Orientador: Prof. Mozar José de Brito - UFLA (Orientador), Marcos Affonso Ortiz Gomes - UFLA.

ABSTRACT

ÁVILA, Mário Lúcio. **Appropriation of the digital technologies of communication and information by organizations of the third sector.** LAVRAS: UFLA, 2001. p. (Dissertation – Master)*

The present dissertation identifies the state-of-art of communication and information's digital technologies considering the third sector context in Brazil, especially non-governmental organizations. Its fundamental objective was to identify how the organizational practices and actions of these organizations occur in the present scene, facing governmental actions increasing the access to technologies through the Society Information Program. It is a descriptive study with a sample of non-governmental organizations placed at the southeast of the country, trying to identify questions related to the appropriation of technologies and the *empowerment* provided by those institutions to others organizations. The context, even heterogeneous, provides some considerations that can be highlighted: provided *empowerment* by non-governmental organizations in wide spreading the democratization process of accessing to technologies; the arising number of third sector organizations using digital technologies of communication and information's for a variety of actions; and the pioneer initiatives of non-governmental organizations to promote the decrease of digital illiteracy in several spheres of the society. Besides, the study also identified a changing scenario, mainly related to the appropriation of technologies by non-governmental organizations, especially related to acquisition and maintenance of products and services, and also to the proper assimilation of the use of these technologies by the studied organizations. The conclusion shows clearly the importance of the actions that enlarge the access to technologies, including non-governmental organizations, which are true elements of connection between governmental actions and society.

* Guidance Committee: Mozar José de Brito - UFLA (Adviser Professor),
Marcos Affonso Ortiz Gomes - UFLA.

1 INTRODUÇÃO

“A comunicação é, pois, um processo natural, uma arte, uma tecnologia, um sistema, e uma ciência social. Ela pode ser um instrumento de legitimação de estruturas sociais e de governo como também a força que os contesta e os transforma. Ela pode ser veículo de auto-expressão de relacionamentos entre as pessoas, mas também pode ser sutil recurso de opressão psicológica e moral. Através da comunicação a humanidade luta, sonha, cria beleza, chora e ama”.

Bordenave (1995)

A sociedade moderna, a chamada sociedade em rede, caracteriza-se economicamente pelo fluxo e troca quase instantâneos de informação, capital e comunicação cultural. Esses fluxos regulam e condicionam, a um só tempo, o consumo e a produção.

Este fenômeno originado nos entremeios de um processo globalizante, nada mais é que mais uma faceta do capitalismo para tal fim. O processo de marginalização global acelera-se em tempos da sociedade da informação, imprimindo a marca da exclusão social sob a égide da economia do conhecimento e do analfabetismo digital. Em Thurow (1998), temos uma noção precisa de como ocorre este fenômeno.

A concentração de renda nos Países ricos aumenta exponencialmente. Dados do PNUD (1999) demonstram que a quinta parte da população mundial, representada pôr estes Países, detém, 86% do PIB mundial, 82% dos mercados mundiais de exportação e 74% das linhas telefônicas do mundo.

As lacunas sociais, econômicas, culturais e raciais, aumentam sensivelmente. Apenas exemplificando, as três pessoas mais ricas do mundo possuem uma fortuna acumulada que supera o PIB combinado dos 48 Países menos desenvolvidos. (Ford, 2000).

Num cenário como este, restam poucas alternativas de desenvolvimento capazes de minimizar esta situação. Os investimentos mínimos necessários para reduzir a mortalidade infantil, pôr exemplo, sequer são considerados como importantes nos planos governamentais de Países pobres, as epidemias que estavam erradicadas voltam aos noticiários e as pessoas vivem cada vez mais em situação de extrema miséria.

Reforçando esta situação, as tecnologias digitais de comunicação e informação (TDCIs) invadem todos os países, com raras exceções, sedimentadas na promessa da redução de custos, da competitividade e da qualidade e tornam-se quase “indispensáveis” na vida moderna.

As tecnologias envolvidas vêm transformando as estruturas e as práticas de produção, comercialização e consumo e de cooperação e competição entre os agentes, alterando, enfim, a própria cadeia de geração de valor. Do mesmo modo, regiões, segmentos sociais, setores econômicos, organizações e indivíduos são afetados diferentemente pelo novo paradigma, em função das condições de acesso à informação, da base de conhecimentos e, sobretudo, da capacidade de aprender e inovar.

Em cada país, entretanto, a sociedade da informação está sendo construída em meio a diferentes condições e projetos de desenvolvimento social, segundo estratégias moldadas de acordo com cada contexto.

Em resposta, as pessoas estão cada vez mais, no mundo inteiro, reconhecendo o conjunto único de condições históricas, culturais, econômicas e políticas de cada sociedade. Estão também engajadas na melhoria da qualidade de sua vida, no que se refere à autodeterminação, crescimento econômico, respeito ao meio ambiente, melhores condições de saúde. Partindo de novas abordagens desses problemas globais, estão moldando uma economia global baseada em um processo de desenvolvimento sustentável e que, desejamos, levemos em direção a uma sociedade mais justa e solidária.

O insumo fundamental da nova economia é o conhecimento. Este conhecimento é fruto da informação precisa e da capacidade de adquirir esta informação e processá-la convenientemente, a fim de atingir os objetivos desejados.

O acesso à informação, ou mais precisamente, o maior acesso à informação poderá conduzir a sociedades e relações sociais mais democráticas. Contudo, também poderá gerar uma nova lógica de exclusão, acentuando as desigualdades e exclusões já existentes, tanto entre sociedades, como no interior de cada uma, entre setores e regiões de maior e menor renda. No novo paradigma, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição necessária, ainda que não suficiente, para a inserção dos indivíduos como cidadãos.

O universo global permitido pelas conexões de computadores, provedores de acesso a outros computadores, associado à existência de redes diversas, com compromissos, afinidades e interesses comuns, representados pelo ícone da rede mundial, a Internet, assumiu contornos, até há bem pouco tempo, inimagináveis. Foi colocado ao alcance da sociedade o acesso quase que irrestrito a um universo de informações, resultantes das mais diversas atividades humanas, que podem diminuir boa parte dos problemas gerados e maximizados no contexto globalizado em que vivemos.

No entanto, os problemas de um país não vão ser resolvidos apenas pela ação do estado ou do mercado. É preciso que as organizações da sociedade civil atuem. Offé, (1999), Castells, (1999) e Scherer-Warren (1993, 1994, 1997, 1999) depositam muita esperança nos movimentos sociais para desenvolver novas formas de identidade e democracia na chamada Sociedade em Rede.

O Terceiro Setor desempenha importante papel no cenário nacional, sendo responsável pôr avanços fundamentais em questões de cidadania, meio ambiente, direitos humanos e discriminação de todas as espécies.

Num país onde impera a desigualdade, a injustiça e a falta de ética, o papel do Terceiro Setor se mostra principalmente em suas ações locais, seguindo a máxima do pensar globalmente e agir localmente. As organizações do Terceiro Setor, principalmente as ONGs, são responsáveis pôr conduzir o processo de crescimento econômico do país, em épocas de globalização, pôr caminhos menos ásperos do que aqueles traçados pôr organismos internacionais interessados em manter o colonialismo no mundo em desenvolvimento, como forma de sustentar sua condição de desenvolvidos.

A Internet é, sem dúvida, um grande expoente das TDCIs. Foi a partir de sua disseminação e avanço, principalmente a interface gráfica conhecida pôr www (world wide web), que se abriram as perspectivas de diminuição do isolamento de ações de organizações da sociedade civil, do maior acesso à informação pôr parte destas e também de maior transparência das ações governamentais.

Apresentam-se, no presente momento, diversas possibilidades reais de conquistas e avanços nas questões de cidadania, justiça, direitos e deveres, educação, saúde, etc. Essas oportunidades e possibilidades tendem a crescer e se bem exploradas, podem garantir a inserção do país em moldes menos desfavoráveis no próximo milênio, em questões de desigualdades e atrocidades de todas as naturezas.

Dessa forma, deve-se observar que tanto a Internet como o Terceiro Setor têm fortes pontos em comum no que diz respeito à prática política: a tendência à formação de articulação e redes, a atomização de elementos constituintes e a forte presença dos ideais de liberdade.

Para tanto, conhecer as ações do Terceiro Setor, sobretudo no tocante às TDCIs é fundamental para compreender como estas organizações estão agindo em tempos da sociedade em rede, como se apropriam das tecnologias e como

estas tecnologias são capazes de, efetivamente, colaborar no contexto de ação destas organizações.

1.1 JUSTIFICATIVAS

*“Eu quero entrar na Rede
Promover um debate...”
Gilberto Gil, (1997).*

As possibilidades oferecidas pela Internet à sociedade em geral são freqüentemente justificadas pelo seu caráter descentralizado, anti-hierárquico e de difícil controle estatal e ou privado. A participação da sociedade organizada nestas questões é o grande desafio que se coloca para que realmente este salto aconteça. Diante dessas perspectivas, a inclusão digital, entendida como a possibilidade de um acesso amplo às redes de comunicação e informação, parece-nos a premissa básica para uma diminuição das desigualdades sociais consolidadas ao longo dos 500 anos de Brasil.

Além de servir como instrumento democrático e cidadão, as TDCIs servem, sobretudo, também ao processo de gestão das organizações, garantindo-lhes condições de promover, principalmente, transparência em suas ações. Sendo assim, a amplitude da discussão percorre também o trabalho local das ONGs, haja vista que este trabalho pode tornar-se mais efetivo com uma melhor interligação nos âmbitos regional, inter-regional e internacional. As ONGs podem usufruir do acesso barato à informação, podem evitar o gasto de força e tempo em trabalhos que já foram ou estão sendo feitos pôr outras entidades e podem melhor coordenar eventos ou campanhas.

O Terceiro Setor é, sem dúvida, um dos elementos importantes no processo de disseminação do acesso à rede, pois tais organizações ocupam um papel de destaque na mobilização da sociedade, visando garantir que os objetivos sociais sejam respeitados. Pôr sua vez, cada indivíduo deve atuar de

maneira responsável e ética, no que se refere à disseminação e utilização de conteúdos via redes eletrônicas, particularmente a Internet.

1.2 OBJETIVOS

Em vista das condições citadas e na crença de que um promissor horizonte se desenha na busca pôr diminuir a desigualdade social, o objetivo geral do presente estudo é apresentar algumas considerações sobre o papel das novas tecnologias digitais de comunicação e informação no contexto do Terceiro Setor brasileiro. Serão particularmente analisados a apropriação das tecnologias pôr estas organizações e o *empowerment* que estas tecnologias oferecem às organizações e seus beneficiários.

Portanto, pretende-se resgatar as novas possibilidades de ação que a utilização das TDCIs providenciam e como as ONGs usufruem dessas possibilidades. Buscando compreender as lógicas de apropriação, *empowerment* e o ambiente político-econômico onde se dão estas complexas relações. Dessa forma, pretende-se mostrar aspectos importantes das tecnologias digitais de comunicação e informação (TDCIs) e suas relações com o Terceiro Setor, especificamente pretende-se: 1) analisar a questão da apropriação da tecnologia, 2) estudar o *empowerment* oferecido às ONGs, (ver as TDCIs como catalisadores do 3º Setor) e 3) estudar o ambiente macro onde estas ações se realizam, buscando contextualizar, principalmente, a importância da universalização do acesso às TDCIs.

Para efetivar o estudo apresentado, buscar-se-á esclarecer a apropriação das tecnologias pelas organizações, a capacitação e a promoção de ações que busquem minimizar a exclusão social gerada pelo processo capitalista global. Serão também discutidos alguns indicadores relativos a estas variáveis em organizações do Terceiro Setor da região sudeste do Brasil.

A estruturação do trabalho conta com uma breve exposição teórica sobre os temas principais do trabalho no capítulo segundo; no capítulo terceiro, estão detalhados os procedimentos metodológicos da pesquisa, situando, a seguir, os resultados obtidos sob as vertentes estudadas no capítulo quarto. No quinto capítulo estão expostas as conclusões e indicações de pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O quadro teórico apresentado visa, sobretudo, permitir que percorramos a discussão pelo terreno das tecnologias de informação e comunicação, das organizações do Terceiro Setor e da inter-relação advinda desta confluência, suas características, possibilidades e limitações. Num primeiro momento, são reveladas as teorias que advogam a respeito de redes, tecnologia e Terceiro Setor. Posteriormente, será tratada a interseção destes no contexto da Sociedade da Informação.

2.1 TEORIA SISTÊMICA E TEORIA GERAL DE REDES

As redes têm sido saudadas, nas duas últimas décadas, como a mais significativa inovação humana no campo da organização da sociedade. A organização em rede consegue reunir indivíduos e instituições numa estrutura horizontal, sem hierarquia e fazê-los trabalhar de forma colaborativa, com eficácia, em função de objetivos comuns.

O termo *network* (rede, em inglês) parece ter sido naturalmente adotado, precisamente para descrever associações fluidas, complexas e ricas, em relações tais como cérebros, linguagens, comportamento pessoal e grupos sociais, o que a palavra “sistema” não ilumina com tanta riqueza. Conotações de estrutura, controle e previsibilidade acompanham o conceito de sistema, qualidades importantes, é óbvio, para o entendimento de muitas entidades físicas concretas. No entanto, o conceito de *network* representa processos dinâmicos, estruturas soltas e entidades imprevisíveis, pontos de vista essenciais para o entendimento das realidades abstratas e humanas. O que o conceito de *network* parece fazer tão bem é oferecer um contexto para a percepção dos relacionamentos intra-sistêmicos e intersistêmicos de todas as partes reconhecíveis em fenômenos abstratos e concretos (Lipnack & Stamps, 1992).

O segredo de “*networking*” está encerrado no verbo. Embora *network* e *system* representem estruturas, não existe o verbo “*systeming*”, assim como existe o verbo *networking*. O verbo ativo “*to network*” acompanhou o desenvolvimento dos *networks* sociais. Ao participar de *networks* (*networking*), as pessoas reconhecem a realidade essencial dos relacionamentos, das percepções, do fluxo de informação. *Networks* e *networking* captam o processo em uma metáfora que se entrecruza com a estrutura.

Network no sentido moderno é uma teia de participantes autônomos, unidos pôr valores e interesses compartilhados. Trabalhar em rede de conexões significa pessoas conectando-se com pessoas, unindo idéias e recursos. Além de unir as pessoas com necessidades e recursos complementares, o trabalho numa rede de conexões é também utilizado como uma alternativa consciente para a organização verticalizada.

As pessoas se comunicam nos *networks* como nodos e elos, termos que a teoria da comunicação emprega para descrever o funcionamento das redes físicas. Como fonte ou receptora de informações, uma pessoa é um nodo. Como portadora de informações, fazendo uma conexão entre nodos, uma pessoa é um elo.

Um aglutinador invisível, imensurável e intangível mantém um *network* unido. Esses aglutinadores são os valores compartilhados (Lipnack & Stamps, 1992). Os valores são imãs que atraem as pessoas para *networks* e as mantêm unidas. Os valores são forças unificadoras. Valores são os princípios pelos quais vivemos, a perspectiva da vida que nossos pais e todas as outras instituições na nossa vida nos transmitiram, e que nós transmitiremos para nossos filhos.

Verifica-se que os movimentos sociais possuem grande afinidade com as redes, com os *networks*, entre outros motivos, devido aos valores tão importantes que os fazem global e local ao mesmo tempo.

Scherer-Warren (1993) ressalta a importância de estudar os movimentos sociais como partes de redes, com interesses maiores e dentro de um contexto macro que permita a compreensão melhor do fenômeno. Para esta autora, um dos principais esforços analíticos nas pesquisas sobre os movimentos sociais latino americanos consiste em encaminhar novas perspectivas de estudos. Assim sendo, o mais relevante nesta perspectiva metodológica não é tanto o entendimento dos movimentos como partes estruturadas da realidade, mas como processo de ações políticas, como práticas sociais em construção, como movimento praticamente dito. Buscam-se, sobretudo, os significados e alcances políticos e culturais das ações coletivas; trata-se também de entender as interconexões de sentidos entre o local e o global.

De acordo com esta abordagem, trata-se, segundo a autora, de passar das análises das organizações sociais específicas, fragmentadas para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, em redes de movimentos. Para estudar esta nova realidade dos movimentos sociais, há contribuições relevantes tais como as de Melucci, (1989) e Fischer, (1993).

Para a autora, a contribuição que deve ser dada consiste em analisar os movimentos sociais e o papel das tecnologias da informação e dos meios de comunicação. É necessário, segundo ela, verificar os espaços de modificação, de uniformização, de consolidação de ideologias dominantes versus espaços de contestações das formas de dominação ou discriminação, de difusão de propostas alternativas de vida social, de novos valores universalizáveis de acordo com os interesses dos novos atores coletivos mencionados, bem como o espaço para formação e comunicação de redes de movimentos.

2.2 O PARADIGMA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Tecnologia é o uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível. Entre as tecnologias da

informação inclui-se o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica: computação (*software* e *hardware*), telecomunicações, radiodifusão e optoeletrônica.

Meio inconscientemente, a revolução da tecnologia da informação difundiu, em uma parcela mais significativa de nossa sociedade, o espírito libertário dos movimentos dos anos 1960. Foi o surgimento de uma nova estrutura social, manifestada sob várias formas, conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX.

O capitalismo passa pôr um processo de profunda reestruturação caracterizado pôr maior flexibilidade de gerenciamento, descentralização das empresas e sua organização em redes, tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas (Castells, 1999 p.21).

Um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e humores nos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela (Castells, 1999).

O cerne da transformação que estamos vivendo na revolução atual está nas tecnologias da informação, processamento e comunicação. A tecnologia da informação é, para esta revolução, o que as novas fontes de energia foram para as Revoluções Industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso.

Há um aspecto adicional que caracteriza a revolução da tecnologia da informação quando comparada a seus antecessores históricos. Mokyr, citado por Castells (1999), demonstrou que as revoluções tecnológicas ocorreram apenas em algumas sociedades e foram difundidas em uma área geográfica relativamente limitada, muitas vezes ocupando espaço e tempo isolados em comparação com outras regiões do planeta.

Ao contrário, as novas tecnologias da informação difundiram-se pelo globo com a velocidade da luz em menos de duas décadas, entre meados dos anos de 1970 e 1990, pôr meio de uma lógica que é característica dessa revolução tecnológica: a aplicação imediata no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo por meio da tecnologia da informação. Na verdade, porém, há grandes áreas do mundo e consideráveis segmentos da população que estão desconectados do novo sistema tecnológico. Além disso, a velocidade da difusão tecnológica é seletiva, tanto social quanto funcionalmente.

Em cada novo paradigma, um insumo específico ou conjunto de insumos pode ser descrito como o fator-chave desse paradigma caracterizado pela queda dos custos relativos e pela disponibilidade universal. A mudança contemporânea de paradigma pode ser vista como uma transferência de uma tecnologia baseada principalmente em insumos baratos de energia para outra que se baseia predominantemente em insumos baratos de informação derivados do avanço da tecnologia em microeletrônica e telecomunicações (Castells, 1999).

A primeira característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima. São tecnologias para agir sobre a informação, não apenas

informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores.

O segundo efeito refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias. Como a informação é parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico.

A terceira característica refere-se à lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, utilizando essas novas tecnologias da informação. A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação. Essa configuração topológica, a rede, agora pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações, graças a recentes tecnologias da informação. Sem elas, tal implementação seria bastante complicada. E essa lógica de redes, contudo, é necessária para estruturar o não estruturado, porém, preservando a flexibilidade, pois o não estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana.

Em quarto lugar, referente ao sistema de redes, mas sendo um aspecto claramente distinto, o paradigma da tecnologia da informação é baseado na flexibilidade. Não apenas os processos são reversíveis, mas as organizações e instituições podem ser modificadas e até mesmo fundamentalmente alteradas, pela reorganização de seus componentes. O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada pôr constante mudança e fluidez organizacional. De acordo com Mulgan, citado por Castells (1999 p.79), as redes são criadas não apenas para comunicar, mas para ganhar posições, para melhorar a comunicação.

Uma quinta característica é a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas

antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado. A convergência tecnológica transforma-se em uma interdependência crescente entre as revoluções em biologia e microeletrônica, tanto em relação a materiais quanto a métodos.

Frente a este novo paradigma, surge uma nova economia, baseada em informações. Informacional e global porque, sob novas condições históricas, a produtividade é gerada e a concorrência é feita em uma rede global de interação. Ela surgiu no último quartel do século XX, porque a Revolução da Tecnologia da Informação fornece a base material indispensável para essa nova economia.

A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo.

2.3 O TERCEIRO SETOR

Diversas são as definições para o Terceiro Setor, porém, a que atende a este trabalho de forma mais direta e clara, advoga que o Terceiro Setor é aquele:

[...] identificado com o conceito de sociedade civil que, junto com o Estado (Primeiro Setor) e com o Mercado (Segundo Setor), mobiliza grande volume de recursos humanos e materiais para impulsionar iniciativas voltadas para o desenvolvimento social, setor no qual inserem-se as sociedades civis sem fins lucrativos, as associações civis e as fundações de direito privado, todas entidades de interesse social (Paes, 1999, p. 46).

Portanto, quanto ao Terceiro Setor, pode-se dizer:

É aquele que não é público nem privado, [...] porém, guarda uma relação simbiótica com ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre a metodologia deste (privado) com as finalidades daquele (público). Ou seja, o Terceiro Setor é composto por organizações de natureza "privada" (sem o objetivo de lucro) dedicadas à

consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do governo (Administração Estatal). Podemos, assim, conceituar o Terceiro Setor como o conjunto de organismos, organizações ou instituições dotadas de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento" (Paes, 1999, p. 46).

Neste terreno fértil, amplo e heterogêneo, responde por "Terceiro" porque supõe um "Primeiro" e um "Segundo". Enfatiza, portanto, a complementariedade que existe (ou deve existir) entre ações públicas e privadas. (Fernandes, 1994). Constituído pela multiplicidade dos indivíduos, grupos e instituições, carece de mecanismos de representação geral. Não há, em seu interior, quem possa falar e agir em nome de todos. É, sem dúvida, um conceito, uma expressão de linguagem entre outras. Existe, portanto, no âmbito do discurso e na medida em que as pessoas reconheçam o seu sentido num texto ou numa conversação.

Haja vista tal amplitude e heterogeneidade, o Terceiro Setor responde pôr inúmeras organizações, associações, fundações e outros mais, que possuem no bojo da discussão, a característica de não ser privado nem público. São estas organizações, que emergem no limiar do milênio e respondem por grande parte das ações sociais empreendidas atualmente, que nos interessa para este contexto de estudo, envolvendo o conhecimento e as tecnologias que o operam.

Drucker (1998) acredita que *"apenas as instituições do setor social, ou seja, as organizações não governamentais, não-empresariais e sem fins lucrativos podem criar o que agora precisamos: comunidades para cidadãos especialmente para os trabalhadores do conhecimento altamente instruídos que, cada vez mais dominam as sociedades desenvolvidas."*

A realidade é que a crise das sociedades modernas exige soluções englobando várias dimensões da vida social, aproximando-se das preocupações

de Serva (1997), para quem, mais do que nunca, a sociedade necessita exercer sua potencialidade de instituir, de criar o novo.

Segundo o mesmo autor, entre as grandes mudanças requeridas, a ampliação das formas de representação política, a concepção de uma economia plural e mais equilibrada, o abandono de uma configuração de sociedade excessivamente centrada no mercado, a consolidação da cidadania em novas bases, a gestão social fundada na parceria mais aberta com a comunidade e, principalmente os incentivos à prática da solidariedade parecem imprescindíveis. As organizações do Terceiro Setor representam, sob essa ótica, a parcial solução para estas ações. Entretanto, dentro deste ângulo de análise, torna-se necessário responder ao seguinte questionamento: Como a Teoria das Organizações, sistematizada e alicerçada em organizações que produzem bens e serviços com a lógica do lucro, pode oferecer eficiência e produtividade a organizações sem fins lucrativos? Para responder, deve-se discutir sobre o papel da gestão nas organizações não governamentais.

Devido à complexidade das organizações que compõem este conceito e do processo de interpretação, não é possível analisar as situações e o contexto organizacional como processos lineares, mas como eventos circulares. É o que Morgan (1996) chama de “lógica da causalidade mútua”. Ao analisarem-se situações como círculos e não como linhas, inevitavelmente se chega a configurações mais ricas do sistema considerado, amenizando os “resíduos” que resultam dos processos de pesquisa.

Na rota das teorias contemporâneas de conhecimento, é recente a abordagem sobre as organizações. Essa abordagem tem sido feita, entre outras, com base nas premissas teóricas da autopoiese – decorrente da biologia do conhecer – e do princípio da complexidade.

De acordo com a teoria da autopoiese (Maturana & Varela, 1980), o ser vivo teria como finalidade a produção da sua identidade: a vida seria produtora

de si própria, e a troca de informações entre ser vivo e ambiente seria entendida caso a caso. A lógica segundo a qual um sistema procuraria interagir com este ambiente seria a de afirmação da sua identidade, mesmo que isso significasse a necessidade de permanente atualização. As informações possuiriam um significado específico para cada sistema e não significariam, necessariamente, o mesmo para um observador que se situasse externamente ao sistema.

Outra abordagem da auto-organização é a do princípio da complexidade. Segundo esta abordagem, o universo se constituiria tanto da ordem como da desordem e, dentro desse quadro, a capacidade de sobrevivência dos sistemas decorreria não só da sua capacidade de resistir à “desordem”, como também de tirar proveito dela, redefinindo sua própria estrutura de organização. (Boff, 1998; Capra, 1996) O conceito de auto-organização presente nas teorias elaboradas à luz da ciência contemporânea permite *“sistematizar, formalizar e dar sustentação científica a diversos outros conceitos que, ao longo dos últimos anos, têm sido veiculados de forma dissociada como o de ‘organizações em rede’, ‘times autogerenciáveis’ e ‘learning organization’ ”* (Bauer, 1998).

No entanto, raciocinar na forma de redes de relações (em vez de hierarquias) não é fácil, em virtude dos condicionamentos educacionais para um pensar lógico e linear na explicação da cadeia de eventos, embora seja um requisito imprescindível para se apreender o mundo moderno. Não se pode deixar de considerar que, no contexto atual, em que a tônica são a competição, a guerra tecnológica, a instabilidade dos fatores produtivos etc., o conceito de organização de aprendizagem (learning organization) apresenta forte apelo como argumento para a instauração de um quadro de permanente adaptação ao contingenciamento do meio externo e como alternativa para sobrevivência do organismo corporativo. Mais do que saber identificar e classificar ambientes como turbulentos ou instáveis, uma organização precisaria ser, ela própria,

instável ou turbulenta e apresentar uma forma de organização essencialmente “auto-organizante”. Segundo Bauer (1998), isto significaria:

- possuir ricos padrões de interação e conectividade entre as pessoas, de forma a permitir o surgimento de sinergias catalisadoras de novas possibilidades;
- reconhecer como inevitáveis as contradições, ambigüidades e conflitos, bem como utilizá-las como fontes de criatividade e inovação;
- possuir elementos constituintes com alto grau de diferenciação, sem prejuízo de alto grau de interação para conferir identidade à organização como um todo.

A utilização da teoria da autopoiese na abordagem das organizações possibilitaria uma concepção de mudança e uma compreensão da relação entre organismo e ambiente inédita. Bauer (1998) apresenta o que considera como requisitos de uma organização autopoietica:

- reconhecer que o potencial necessário para sua evolução encontra-se em seus próprios recursos internos;
- buscar permanentemente atualizar sua identidade, em congruência com as mudanças no seu ambiente externo;
- fazer uso da criatividade, da inovação e da experimentação para desenvolver e aprimorar seus estoques de conhecimento.

É claro que, nem sempre, esta abordagem conseguirá mapear os círculos que definem um sistema com o grau de certeza e de totalidade ideais. Entretanto, a forma de raciocínio envolvida neste tipo de análise pode proporcionar ganhos significativos na qualidade das informações. Ao mapear relações sistêmicas e identificar suas principais tendências em relação aos participantes, adquire-se uma compreensão “balanceada” da realidade organizacional, facilitando o delineamento das intervenções e a constituição de outras dessas formas de

relações que definem o sistema, em lugar de tentar manipular “causas” e “efeitos” artificiais.

Para as organizações do Terceiro Setor, especialmente as ONGs, estas características são diretrizes de trabalho de muitas delas, que fazem da dinâmica da sobrevivência, sua própria história.

Organizações que nascem da necessidade ou ideologia de algumas poucas pessoas, ou que são criadas pôr condicionantes ambientais desfavoráveis, fazem dessas, características próprias de organizações que precisam adaptar-se constantemente ao ambiente, baseadas apenas em seus recursos humanos, com criatividade e pouco dinheiro, na maioria das vezes.

As atuais dificuldades enfrentadas pelas ONGs, no âmbito da gestão, dizem respeito ao seu pensamento de futuro e às suas ações em curto prazo – principalmente as relacionadas com a sua sobrevivência financeira. Para entendermos como elas chegaram até esse ponto, convém tecer algumas considerações sobre o seu desenvolvimento nos últimos anos.

Nos anos 1960 e 70, as ONGs surgiram como a resposta da sociedade civil sobre a ocupação de maiores espaços e independentes do Estado em relação à capacidade de promover políticas diferenciadas no trato da pobreza, da violência, da poluição ambiental e outras questões sociais. Nessa época, começaram a ser criadas inúmeras organizações deste tipo. Porém, tinham um caráter assistencialista e voluntário, no qual a boa vontade configurava instrumento suficiente para que seus objetivos se tornassem realidade.

A partir das décadas de 1980 e 90, delineou-se uma perspectiva de cenário mundial totalmente diferente dos anos 1960 e 70. Muitas organizações, que recebiam auxílio financeiro de organismos internacionais, como fundações ou mesmo o Banco Mundial, começaram a se defrontar com dificuldades cada vez maiores no cumprimento dos compromissos assumidos e para manter funcionando projetos de promoção social. Em virtude disso, a boa vontade

deixou de ser suficiente para amparar o gerenciamento das ONGs e tornaram-se necessários novos instrumentos. Com a finalidade de superar estes desafios, Tenório (1997 p.15) propõe que:

“...as ONGs têm que pensar em acrescentar às suas peculiaridades novos instrumentos de gestão, dotando seus quadros de habilidades, conhecimentos e atitudes que assegurem, ao fim e ao cabo, o cumprimento dos objetivos institucionais. Trabalhar pôr meio de redes; identificar claramente produtos e serviços; compartilhar ou dividir mercados; criar mecanismos mais eficazes de controle que possibilitem avaliar o impacto de suas ações; ganhar mais visibilidade perante a sociedade...”

A afirmação deste novo perfil participante e responsável da sociedade se traduz na busca de novas formas de articulação entre organizações do Terceiro Setor, órgãos governamentais e empresas. Pela da experimentação de ações em parceria, governo e sociedade começam a aprender a pensar e agir juntos, identificando o que cada um faz melhor e somando esforços em prol de objetivos de interesse comum.

Essa nova forma de articulação, representada pelas redes, tem na Internet um importante aliado. Para Peci (1999), em condições de demanda de muitos recursos especializados, necessidade de processamento de informação, estreito contato com clientes e prevalência de trocas baseadas em customização, a rede prolifera. São redes de afinidades, baseadas nos entendimentos da vida, conforme nos mostrou Capra (1996), sobretudo em questões de parceria, interdependência, reciclagem, enfim, questões de sustentabilidade das comunidades humanas.

As organizações do Terceiro Setor têm sido pioneiras na criação e manutenção de redes que operam nos âmbitos local, regional, nacional e

internacional, seja para a articulação política, para a troca de informações ou para a implementação de ações conjuntas.

Para Scherer-Warren (1999), a globalização, embora tenha trazido um palco de intensa complexidade, tem na sociedade civil ou no Terceiro Setor e nas ONGs, mediadores relevantes e agentes de transformação na construção de uma cidadania planetária, por serem capazes de criar consensos humanistas, de promover o respeito aos direitos humanos e de disseminar valores democráticos nesta sociedade.

Dessa forma, deve-se, então, buscar esclarecer como se dá este processo de parceria entre as TDCIs e o Terceiro Setor.

2.4 AS TDCIs E AS REDES DO TERCEIRO SETOR

Se até agora as redes informais e as redes do Terceiro Setor foram pensadas essencialmente como redes humanas, é necessário, a partir desse ponto, ampliar o seu entendimento. Isso é necessário para comportar a utilização, de ferramentas de tecnologia de informação como agentes eletrônicos interativos pôr meio dos quais informações e conhecimentos podem ser compartilhados e armazenados, independentemente da proximidade dos atores humanos envolvidos (Macedo, 1999).

Para Castells (1999 p. 497), *“as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos, de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social. ...”*

Nesse sentido, Burch (2000) defende que o principal fator de aglutinação de uma rede é o fluxo de informação. Sendo assim, é lógico que elas busquem os canais mais efetivos para tal. A Internet é o meio, por excelência, onde essas redes podem florescer, adquirir força e se expandir.

As TDCIs, apesar de seus usos controversos e aplicações com finalidades distintas, permitiu, permite e tende a permitir ainda mais o avanço da sociedade civil rumo a práticas sustentáveis de vida no planeta, às ações de exercício da cidadania, ao futuro digno e à participação em redes de conexões. Enfim, as potencialidades das redes e tecnologias da informação e comunicação, quando democráticas, representativas e respeitadas, são importantes e merecem destaque para a compreensão do tema em estudo.

Macedo (1999) estudando as redes informais nas organizações, abordou a temática do suporte eletrônico de comunicação às organizações. Para essa autora, as redes precisam ser pensadas para comportar a utilização de ferramentas de tecnologia da informação como agentes eletrônicos interativos, por meio dos quais as informações e conhecimentos podem ser compartilhados e armazenados, independentemente da proximidade dos atores humanos envolvidos.

As redes sociais são “meios” organizacionais com uma mensagem. Assim também são os *networks* de computadores. Uma organização que procura democratizar sua estrutura, distribuir a tomada de decisões e encorajar a criatividade, pode usar redes de computadores para apoiar essas metas sociais. Participação em redes eletrônicas e conferências pör computadores é o nome de um admirável novo meio de comunicação, criado pela fusão das tecnologias de computador e telecomunicações.

Em parte alguma, o uso das palavras “rede” e “trabalho em rede” é tão predominante quanto no mundo dos computadores. Uma rede de computadores é uma teia de computadores autônomos, unidos pör protocolos eletrônicos

compartilhados. Quando as pessoas interagem por meio da operação de seus computadores pessoais, elas o fazem como participantes autônomos de uma rede de conexão maior. A participação em redes de conexões faz-nos superar a irresponsabilidade e torna cada um de nós mais responsável, respeitador de si mesmo e criativo.

2.4.1 PARTICIPANDO DE REDES

Como um meio interativo de muitos para muitos, a participação em redes eletrônicas envolve: 1) computador e *software* “hospedeiros”; 2) o sistema telefônico e suas extensões e 3) usuários com computadores pessoais ou terminais. Os usuários conectam-se com o computador hospedeiro por meio do sistema telefônico. Assim, entram num “espaço” comum e têm acesso a serviços, como correio eletrônico, conferências *on-line*, reuniões eletrônicas, publicações eletrônicas e educação *on-line*.

Embora parecida com elas, a participação em *networks* eletrônicos é profundamente diferente da correspondência, da ligação telefônica e das reuniões ao vivo. Isso porque tudo flui de pessoas, por meio de computadores, para pessoas, a participação em *networks* eletrônicos é preservada, ou seja, memorizada. Todas as comunicações são armazenadas no computador hospedeiro e podem ser recuperadas, organizadas, utilizadas e transformadas com toda a flexibilidade que os computadores permitem.

A sigla CSCW (*Computer Supported Cooperative Work* ou Trabalho Cooperativo Auxiliado por Computador) é um campo de estudo interdisciplinar. No âmbito da tecnologia da informação, abriga conceitos e produtos relativos ao que é comumente conhecido como *groupware* – grupo de ferramentas que permite que as pessoas se comuniquem, coordenem e colaborem no trabalho. De maneira geral, estas ferramentas compreendem sistemas síncronos, que exigem que os usuários estejam conectados *on-line* (ferramentas de bate-papo,

videoconferências, conferências de dados) e sistemas assíncronos, que permitem que as informações sejam compartilhadas e acessadas não necessariamente ao mesmo tempo (correio eletrônico, conferências e discussões eletrônicas, bancos de informações e ferramentas de workflow) (Hills, 1997).

Apesar da diversidade dessas ferramentas e de suas características particulares, o correio eletrônico e as conferências eletrônicas, pela sua utilização e disseminação, têm sido objeto de muitos estudos com a finalidade de avaliar o seu papel nas comunidades científicas e organizações.

O correio eletrônico (ou tecnologia de *e-mail*, como ficou conhecido após sua integração com a rede Internet) foi uma das primeiras ferramentas de *groupware*, tendo substituído, em várias organizações, memorandos e correspondências internas, mediante padronizações formais eletrônicas diversas. Intercambiando mensagens internas e externas às organizações, o correio é um dos serviços mais disseminados de comunicação eletrônica pôr computador, suportando, inclusive, o desenvolvimento e funcionalidade de vários outros serviços.

As conferências eletrônicas são conhecidas pôr vários nomes. E-conferências, conferências pôr computador, fóruns eletrônicos, listas de discussão, grupos de discussão, grupos de interesses são algumas denominações (Gresham, 1994). Neste caso, as mensagens são transmitidas para os endereços eletrônicos de todos os participantes inscritos em uma determinada conferência, ou são disponibilizadas em endereços específicos para serem acessadas quando for conveniente para os assinantes.

Participar de uma rede envolve algo mais do que apenas trocar informações a respeito dos trabalhos que um grupo de organizações realiza isoladamente. Estar em rede significa realizar conjuntamente ações concretas que modificam as organizações para melhor e as ajudam a chegar rapidamente a seus objetivos (Ayres, 2001)

Compreendendo as tecnologias de informação como parte das tecnologias intelectuais que participam do processo cognitivo, os processos intelectuais não dizem respeito apenas a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos. Eles mas colocam em jogo uma série de objetos técnicos complexos que, operando interativamente com os elementos humanos, respondem pela inserção da informática no conjunto das formas de conhecimento disponíveis (Lévy, 1993).

Nesse sentido, a comunicação eletrônica, como um subconjunto das tecnologias de informação, não se restringe a ser uma simples reprodutora de mensagens no âmbito das redes informais, mas um verdadeiro "actante" (ver essa noção em Callon, 1989) do processo de construção e disseminação de conhecimentos. Atravessando estruturas e hierarquias, a comunicação eletrônica pôr computador estabelece não apenas novas relações de tempo e espaço, mas novos padrões sociais que, pôr sua vez, criam outras formas de produção e circulação de saberes.

Certamente, conhecer a apropriação e as potencialidades das TDCIs às organizações do Terceiro Setor consiste em compreender este processo.

2.4.2 APROPRIAÇÃO

Deve-se ter plena consciência do potencial das TDCIs para o fortalecimento, desenvolvimento e sustentabilidade dos países do Terceiro Mundo e para a democracia. Essa crença se deve, sobretudo, às oportunidades que essas tecnologias podem criar para o progresso em diversas áreas, incluindo aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais entre outros.

No entanto, o que deve-se ter em mente é que as duas principais reações frente as TDCIs, profetismo e catastrofismo (Hamburguer, 1995; Castells, 1999; Preto, 1995), devem ser evitadas. Assim, evita-se a tentação de atacar ou defender algo que ainda esta em pleno desenvolvimento e pode ser

completamente moldado pela ação estruturada da sociedade, conforme seus interesses.

O “profetismo vê na formação de redes informáticas uma espécie de nova revolução emancipadora, um iluminismo virtual que seria capaz de suspender os conflitos sociais e econômicos existentes”; já “o catastrofismo vê a formação dessas redes como um evento derradeiro de desenraizamento, desterritorialização, alienação e opressão”. Para efeito dessa discussão, vale considerar a potencialidade das tecnologias, resguardadas as ressalvas mercadológicas que possuem no sentido de estimular o consumismo.

Os impactos tecnológicos resultam de um conjunto de condições socioculturais que definem este processo. Dessa forma, o primeiro ponto importante a ser considerado nos estudos de impactos sociais das tecnologias é, sem dúvida, a própria noção de impacto, conforme ressalta Benakouche (1995). Para ela, a noção de impacto supõe, de modo implícito, que a sociedade possa ser passivamente “atingida” pôr uma inovação que lhe seria “externa”. Nesse sentido, atribui à técnica um conteúdo exógeno, não social, ou seja, uma autonomia que a mesma não possui. A técnica não se produz fora da sociedade, sendo cada vez mais o resultado de esforços conscientes e dirigidos de grupos sociais específicos.

Apropriação é entendida, no contexto do presente trabalho, como o processo de aprendizado/domínio dos diferentes grupos sociais com relação aos usos dos objetos técnicos a que tem acesso (Benakouche, 1995). Em geral, a apropriação social de uma inovação faz-se de forma diferenciada entre sociedades e entre grupos de uma mesma sociedade. Esta observação contraria a crença – mais difundida do que seria desejável – de que, uma vez disponíveis no mercado, as inovações teriam as mesmas implicações em todos os lugares, ou seja, que seus usuários desenvolveriam universalmente as mesmas práticas.

As novas TDCIs geraram mudanças significativas nos processos capitalistas de produção. Seu desenvolvimento respondeu, em grande parte, a interesses específicos que operam em ambientes competitivos, permitindo um aumento na velocidade e volume de informação trocada dentro e entre as unidades de produção. Por outro lado, reduziu a significação de tempo e espaço, em que corporações aumentaram a efetividade de coordenação administrativa, enquanto permitem a integração vertical e horizontal.

As TDCIs permitiram eficiência melhorada e inovação e produção em cada setor da atividade empresarial, envolvendo operações empresariais, serviços, desenvolvimento técnico, administração de recursos humanos, infraestrutura sólida, logística, marketing e vendas (Fortier, 1999)

Informações e tecnologias de telecomunicação contribuem para perpetuar a ordem política e econômica internacional. Por um lado, há um interesse em manter a situação, na qual a informação garante o poder; por outro, as grandes corporações lutam para aumentar seus mercados e o Terceiro Mundo se torna atrativo e importante nos potenciais de vendas dessas organizações.

A necessidade e a possibilidade do uso das TDCIs pelas ONGs dependem de vários fatores, de forma a justificar os custos de investimentos em novas tecnologias. É necessário que haja correspondentes de redes para a troca de mensagens e demanda por informação disponível *on-line* em banco de dados ou fóruns. Ao mesmo tempo, estas ONGs devem distribuir informações pôr estas mídias, sendo que qualquer uma destas necessidades justifica sua apropriação (Fortier, 1999)

Mesmo com todo seu potencial, as TDCIs apresentaram um início relativamente lento nos primeiros anos, devido, entre outros motivos, a obstáculos financeiros. Mas, na maioria, eram problemas técnicos e relacionados à administração da informação. Apesar de serem, hoje, equipamentos relativamente baratos, há de se considerar toda a infra-estrutura necessária para

que as organizações possam ter acesso real às TDCIs. Dessa forma, devem ser considerados ainda, os gastos com telefonia, capacitação, provedores de acesso, *software* e outros.

Ainda deve-se atentar para a exigência de habilidades técnicas para implementar e operar as TDCIs e também para administrar a informação recebida e a oferecida. Por fim, as questões relacionadas à segurança devem ser evidenciadas. Muitas organizações atuam com dados confidenciais e importantes para seus processos, o que requer segurança suficiente para garantir a apropriação das tecnologias.

2.4.3 EMPOWERMENT

Tendo ilustrado a apropriação das tecnologias pelas organizações, iremos agora expressar a significação atual da tecnologia pelo poder político de organizações da sociedade civil.

Segundo Fortier (1999), diversas organizações fazem uso das TDCIs para otimizar suas ações, baratear seus custos e dinamizar suas redes de relacionamentos. O autor enumera, dentre as organizações brasileiras com uso intenso das tecnologias, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Diversas organizações e redes que fazem das tecnologias um aporte às ações políticas. (Anistia Internacional, Exército Zapatista de Libertação Nacional, estudantes chineses, etc.).

As tecnologias possuem a qualidade de serem “acessíveis” ao público de baixa renda, permitindo acessar informações que tradicionalmente estariam inacessíveis devido ao controle econômico e/ou censura política nas mídias tradicionais.

As TDCIs estão sendo apropriadas crescentemente pelas ONGs como um instrumento de telecomunicação. Pelo menos quatro usos são claramente

identificáveis, conforme explica Fortier, (1999): 1) troca de informação de logística dentro da organização; 2) ligação e coordenação de atividades com outras organizações; 3) acesso à documentação para funções de inteligência; 4) disseminação de informações produzidas e documentos.

Ampliando a capacidade de comunicação de ponto a ponto e facilitando acesso para a difusão de informação, as tecnologias se mostram úteis e essenciais às ONGs. Com um computador pessoal e um modem podem acessar informações e contatos; mantêm listas de partidários e contribuintes e objetivos e mensagens específicas a estes; emparelham recursos organizacionais com necessidades organizacionais e podem ganhar avaliação constante sobre o progresso efetivado (Fortier, 1999).

Estudos de caso citados por este autor a respeito do uso efetivo das TDCIs demonstram as seguintes tendências:

- aumento de acoplamentos internos entre os componentes de uma organização;
- expansão de redes organizacionais entre similares;
- aumento de coordenação de atividades entre organizações similares;
- acessibilidade de informações pôr meio de listas, grupos de discussão e banco de dados;
- facilidade na difusão de informações atingindo o público alvo;
- redução do custo de informação e na comunicação ponto a ponto, embora as atividades sejam ampliadas.

Apesar da dificuldade expressa pôr este autor na mensuração destas variáveis, alguns pontos são citados como importantes para a compreensão do fenômeno. São eles:

- . acoplamentos internos – a comunicação diária entre todas as partes, com localização geográfica dispersa, permitindo coordenação íntima; recurso

que compartilha o trabalho cooperativo, como escrita de relatórios, projetos e outros;

- . redes orgânicas – as pessoas conectam-se com outras pessoas em função de necessidades e objetivos compartilhados, atuando em dado momento como nodos e em outros como elos. Estas redes são sistemas não lineares e não têm nenhuma organização subjacente necessária. São, por natureza, dinâmicas no tempo e no espaço.

- . coordenação – muitas operações de logística são requeridas entre organizações que se ocupam de lutas similares, ou dentro de organizações que atuam esparsamente em regiões diferentes. As TDCIs oferecem várias vantagens sobre outros meios de comunicação, como uma ferramenta barata, assíncrona, rápida e de coordenação acessível;

- . acesso à informação – a criação e manutenção de bancos de dados é, sem dúvida, a inovação mais importante que as TDCIs oferecem às ONGs, uma vez que o custo marginal da distribuição da informação é relativamente baixo;

- . difusão da informação – as TDCIs superam a grande dificuldade até então existente na difusão da informação, que era realizada apenas por mídias tradicionais, de custo elevado e monopolizadas. O uso de meios eletrônicos supera estas barreiras e mensagens podem ser postadas em fóruns eletrônicos ou enviadas a milhares de caixas postais sem nenhum custo marginal;

- . despesas de telecomunicações – as TDCIs permitiram às organizações localizar suas atividades em âmbito nacional/internacional, o que, até então, era acessível apenas as grandes organizações. Estas tecnologias podem ser fatores de redução de despesas.

Num sentido mais amplo, a rede busca ser um ponto de difusão da informação, com ligações sólidas e dinâmicas, estruturadas num projeto coletivo de crescimento, capaz de estender, aos domínios eletrônicos, as necessidades e preocupações dos agentes envolvidos nas organizações do Terceiro Setor.

Para Fachinelli (2001), se o projeto fornece à rede sua dinâmica e às ligações sua coerência, a rede não será um ectoplasma, uma sombra sem substância pairando sobre um conjunto de atores. Sem dispor de meios de intervenção, uma rede torna-se estéril, o projeto seca e os laços se desfazem.

Dessa forma, as ações governamentais devem estruturar-se no sentido de garantir ao cidadão o acesso a essas novas tecnologias, utilizando-as como incentivadoras da democracia e não como barreiras, num meio onde existam os que têm acesso e os excluídos. Para Lévy (1999), uma política voluntarista dos poderes públicos e de instituições governamentais pode colocar as tecnologias da informação a serviço do desenvolvimento de regiões desfavorecidas, ajudando na desconcentração dos grandes centros urbanos, locais onde hoje acontece a maior densidade de acesso. Na mesma linha, Davidow (1997) e Endler, (2000) sugerem que a Internet pode permitir que o cidadão se informe sobre o que acontece nos governos e possa opinar a respeito. Gates (1999) também afirma que, ao tornarem-se conscientes do poder da Web, os cidadãos não mais aceitarão a idéia de que os serviços públicos devam ser apenas quase bons.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entre as ciências naturais, não há uma maneira única de se produzir conhecimento e as tentativas de demarcação clara do que é ou não ciência tem sido pouco frutíferas. Assim, a discussão ora apresentada visa apenas ressaltar que não consideraremos este ou aquele modelo de validade plena e sim que há modelos adequados e inadequados para o que se pretende investigar.

Isto não quer dizer que “vale tudo”. As ciências sociais têm desenvolvido uma grande variedade de modelos próprios de investigação e proposto critérios que servem tanto para avaliar o rigor de seus procedimentos quanto a confiabilidade de suas conclusões. O fato de esses critérios serem decorrentes de um acordo entre pesquisadores de uma área determinada, em um dado momento histórico, não compromete sua relevância.

Patton (1990) sustenta que a principal característica das pesquisas qualitativas é o fato de que estas seguem uma tradição “compreensiva” ou interpretativa. Isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. Dessa posição decorrem as três características essenciais aos estudos qualitativos: visão holística, abordagem indutiva e investigação naturalística. A visão holística parte do princípio de que a compreensão do significado de um comportamento ou invento só é possível em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto. A abordagem indutiva pode ser definida como aquela em que o pesquisador parte de observações mais livres, deixando que dimensões e categorias de interesse aflorem progressivamente durante os processos de coleta e análise de dados. Finalmente, investigação naturalística é aquela em que intervenção do pesquisador no contexto observado é reduzida ao mínimo.

3.1 PLANEJAMENTO DA PESQUISA

Lincoln & Guba (1989) argumentam que a definição, a priori, do foco e “*design*” da pesquisa, na realização de uma pesquisa qualitativa, deve, na medida do possível, ser apenas uma orientação básica de trabalho. Isso porque a realidade é múltipla, socialmente construída em uma dada situação e, portanto, não se pode apreender seu significado se, de modo arbitrário e precoce, a aprisionarmos em dimensões e categorias. O *design* é entendido como as estratégias utilizadas pelo pesquisador para responder às questões propostas pelo estudo, incluindo aí os procedimentos e instrumentos de coleta, análise e interpretação de dados, bem como a lógica que liga entre si diversos aspectos da pesquisa. Foco e *design* devem, então, emergir, por um processo de indução, do conhecimento do contexto e das múltiplas realidades construídas pelos participantes em suas influências recíprocas.

Ainda para Lincoln & Guba (1989), devido à natureza ideográfica e holística dos fenômenos sociais, nenhuma teoria, selecionada a priori, é capaz de explicar essa realidade em sua especificidade e globalidade. Também a focalização prematura do problema e a adoção de um quadro teórico preestabelecido turvam a visão do pesquisador, levando-o a desconsiderar aspectos importantes que não se encaixam na teoria e fazer interpretações distorcidas dos fenômenos estudados.

Um projeto de pesquisa com foco amplo, abordando questões tecnológicas e sociais, por sua vez, consiste, basicamente, em um plano para uma investigação sistemática, buscando melhor compreender um dado problema. É, portanto, um guia, uma orientação que indica onde o pesquisador quer chegar e os caminhos que pretende tomar. Focalizar o problema atende aos objetivos de estabelecer fronteiras de investigação, orientar os critérios de inclusão-exclusão, ajudando a selecionar as informações relevantes e orientar decisões sobre os atores e cenários que possam contribuir no processo.

3.2 NATUREZA DA PESQUISA

Hoje se discute, numa perspectiva estratégica de gerenciamento, que é preciso conhecer o ambiente organizacional, o contexto de pensamento e ação que explica a maior parte dos problemas e também onde se encontra grande parte das soluções. Isso implica na necessidade de desenvolver um processo interpretativo associado ao fenômeno organizacional, encorajando uma prática mais informada, reflexiva e autoconsciente. As características-chave que distinguem uma abordagem interpretativa para pesquisa em administração incluem o ponto de vista dos participantes, múltiplas perspectivas dentro de uma situação (reconhecendo que diferenças são essenciais para compreensão da ação e mudança estratégica) e o pano de fundo histórico-contextual.

Neste cenário, a escolha metodológica recai sobre uma pesquisa qualitativa essencialmente descritiva, fundamentada em aspectos fenomenológicos, permitindo a interpretação dos resultados como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. “Pôr isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente”. Na pesquisa fenomenológica, o fenômeno social é explicado num processo dialético indutivo-dedutivo e compreendido em sua totalidade, inclusive, intuitivamente Triviños (1987).

A imagem de uma fotografia é representativa para entender este recorte. As dinâmicas das organizações do Terceiro Setor e das TDCIs poderiam apresentar-se superadas em curto espaço de tempo, principalmente devido à velocidade de inovações tecnológicas originadas nas tecnologias de informação e comunicação frente a outras formas de pesquisa.

3.3 AMOSTRAGEM

A escolha desta ou daquela organização para efetivar a compreensão do recorte proposto se deu particularmente pelas condições do estudo. Portanto, foi

necessário que algumas organizações fizessem parte de uma amostra aleatória e outras fossem escolhidas de maneira não probabilística, sendo os informantes selecionados pela facilidade de acesso aos mesmos. Vergara (1997) defende que a teoria da acessibilidade, longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso.

3.4 PROCESSO DA PESQUISA DE CAMPO

Como forma de efetivar o presente trabalho, inicialmente foram realizadas algumas entrevistas e visitas a organizações do Terceiro Setor. O objetivo era conhecer a realidade em questão e suscitar temas importantes para a discussão ora apresentada. Dessa forma, num primeiro momento, por meio da RITS (Rede de Informações para o Terceiro Setor, organização sem fins lucrativos, localizada no estado do Rio de Janeiro, que proporciona informações de e para o Terceiro Setor), foi organizado um banco de dados das organizações da região sudeste. Os dados foram posteriormente complementados com informações provenientes da Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e do Programa de Apoio as ONGs do Estado de São Paulo (PROAONG), a fim de que uma amostra significativa de organizações fosse atingida pelas incursões digitais e pelos questionários.

Os questionários foram enviados a 220 ONGs sorteadas do banco de dados compilado anteriormente. O questionário, com questões abertas e fechadas, passou pôr um pré-teste em três organizações. Posteriormente, foram enviados e recebidos pôr *e-mail*, perfazendo um total de 65 respondentes, que representam 30,9% de retorno.

As incursões à rede foram realizadas, sobretudo, visando conhecer as principais organizações do Terceiro Setor que, de acordo com as proposições iniciais da pesquisa, serviriam de base para o estudo. Dessa forma, aquelas organizações que tiveram e têm papel importante no processo e, de uma forma

ou outra são representativas no contexto, tais como o ALTERNEX, a RITS, o CDI, o SAMPA-ORG e outras, foram virtualmente visitadas. Dessa forma, objetivou-se permanecer em contato direto com a interface digital destas organizações para poder acompanhar e compreender o efetivo uso desta mídia pôr estas organizações. Da mesma forma, as redes de organizações, tais como Rede de Educação Ambiental, Rede Ocara, Rede Saci e outras, foram alvos destas incursões.

Numa terceira etapa, foram triangulados os dados, objetivando-se abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo (Alencar, 1996). Vale ressaltar que, como a coleta de dados e a análise destes foram realizados concomitantemente, a técnica da triangulação ocorreu naturalmente no desenvolvimento da pesquisa.

3.5 TÉCNICAS

Para efetivar tal metodologia, combinaram-se diversos métodos/técnicas para examinar os atores envolvidos, as iniciativas e as perspectivas. Foram realizadas entrevistas, questionários, observações, análises documentais e pesquisas bibliográficas. A própria rede Internet proporcionou significativa contribuição em vários aspectos da pesquisa, seja na facilidade permitida na realização dos questionários ou nas incursões a páginas e grupos de discussões sobre temas afins, por ocasião da coleta de dados secundários, documentos e notícias significativas.

No caso do questionário, além do tempo, custo e maior área geográfica atingida, a rede facilita a sua devolução e a chegada simultânea aos informantes. A facilidade que a rede oferece permite o pré-teste do questionário de maneira mais eficiente e, apenas no caso das devoluções pôr *e-mail*, ocorreu a identificação dos respondentes.

Amin (1998) apresenta uma série de justificativas para o uso da rede nas pesquisas sociais. Para ele, *“numa pesquisa tipo pesquisa participante ou pesquisa-ação onde o trabalho a ser realizado necessita não somente a participação dos pesquisadores, mas também dos pesquisados, a rede apresenta vantagem indiscutível através de instrumentos como o mail list (lista de mensagens), usenet, newsgroups (grupos de discussão) além do e-mail (correio eletrônico) e FTP (transferência eletrônica de arquivos)”*.

Em relação à obtenção dos dados propriamente ditos, uma série de serviços da rede podem ser de grande valor. Os documentos particulares, correspondências, diários, fotografias e outros podem ser facilmente obtidos pelo *e-mail*. Os documentos governamentais oficiais, leis, projetos, planos diretores, correspondências, dados estatísticos – do executivo, legislativo e judiciário nos níveis municipais, estaduais e federal – são organizados e possuem acesso público através da WWW, facilitando a coleta destes dados. (Amin, 1995)

3.6 PLANO DE ANÁLISE

A proposta metodológica visa à realização de um estudo de curta duração, que forneça um panorama geral de como as TDCIs influenciam a ação das ONGs estudadas no tocante às redes de conexões e às ações para disponibilizar as tecnologias da informação e comunicação à sociedade. A pesquisa de natureza qualitativa permite focar aspectos medulares do possível impacto social dos serviços, ferramentas e possibilidades ofertadas, com o advento da Internet, às organizações estudadas, bem como compreender o panorama macroambiental onde estas ações ocorrem. Uma avaliação descritiva é conveniente quando busca-se compreender um fenômeno em estudo, principalmente quando este se apresenta como um fenômeno social mutante e dinâmico. Além disso, o crescimento exponencial da rede no país e no Terceiro

Setor levaria ao risco de conduzir-se um trabalho permanentemente defasado. O desenho metodológico apresentado permite compartilhar limitações e potencialidades no estudo, visando, num futuro, superar as imperfeições das técnicas e informações adquiridas.

Dessa forma, três pontos merecem atenção especial no estudo para a consecução dos objetivos propostos. São eles: a apropriação da tecnologia, o *empowerment* das ações relacionadas ao público alvo e a outras organizações e, pôr fim, o ambiente macro onde estão ocorrendo estas ações, principalmente na tentativa de posicionar o problema da infoexclusão social gerada pelo contexto atual.

Apenas situando o problema, informações demonstram que entre os mais de cinco mil municípios brasileiros, menos de 300 (6%) contam com a infraestrutura necessária para a instalação de serviços de acesso à Internet. Os usuários da Internet no Brasil, cerca de cinco milhões de pessoas, representam menos de 3% de nossa população. O Brasil é, de longe, o pior colocado em números per capita de usuários, computadores pessoais, linhas telefônicas e servidores Internet, entre as nove maiores economias do mundo. Os circuitos que conectam os provedores de serviços à Internet estão entre os mais caros do mundo. Além disso, não há, no país, um plano para implantar mecanismos efetivos e abrangentes de democratização de acesso, como conexão maciça de escolas públicas, programas de treinamento básico, etc. (Affonso, 2001)

O esquema seguinte busca ilustrar essa complexidade e suas relações em particular, visando oferecer a premissa inicial necessária para a compreensão do Terceiro Setor frente às TDCIs:

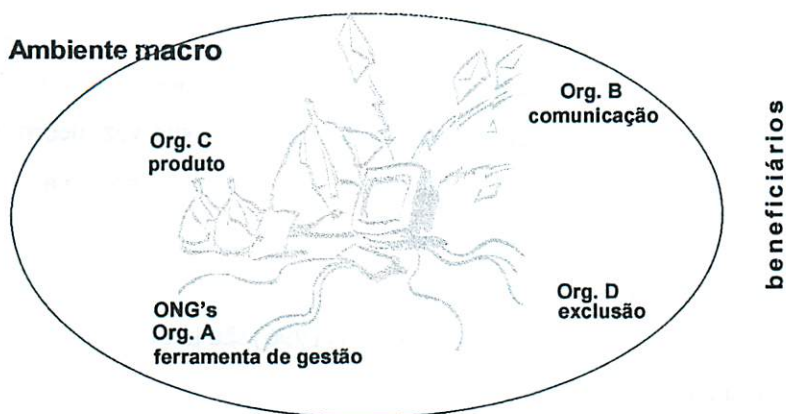


Figura 01. Desenho analítico das relações entre TDCIs e as ONGs.

O esquema permite inferirmos algumas premissas sobre a condição em análise e levantarmos algumas hipóteses. O que pretende-se posicionar no centro da análise é que as TDCIs representam, para a organização A, aspectos diferentes do que podem ser as implicações e utilizações para a organização B. Pôr exemplo, a organização A pode fazer das TDCIs ferramentas de trabalho, apenas orientadas à gestão interna e comunicação esporádica, ou mesmo nem fazer uso do instrumental disponível para a organização, ao contrário da organização B, que pode fazer destas mesmas TDCIs produtos e suportes de seus produtos. Percebe-se que, para algumas organizações, o acesso se dá graças a outras, enquanto temos também, aquelas que nem sequer possuem acesso e assim sucessivamente.

Algumas organizações têm nas TDCIs, importantes elementos de gestão. Outras fazem destas tecnologias ferramentas de trabalho e comunicação; outras, ainda, têm o foco de ação na disseminação do acesso às TDCIs e, portanto, seus produtos relacionam-se, sobretudo na busca pôr minimizar a lacuna social existente no país, devido à concentração de riquezas em função do acesso diferenciado à informação.

O contexto de discussão do Terceiro Setor frente às TDCIs recai nos seguintes tópicos: o usuário, as estruturas das organizações, os serviços e produtos ofertados e acessados pelos usuários das redes e as redes de organizações articuladas pôr tecnologias. Esta análise pôr sua vez, ocorre num macrocontexto, econômico e social, onde se encontra boa parte das desigualdades, suas origens e implicações.

No sentido de enriquecer estas questões, alguns indicadores dos impactos das TDCIs apresentados por Albertini (1996) são também apresentados no plano de análise em questão.

3.6.1 INDICADORES DOS IMPACTOS SOCIAIS DA TDCIs NAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.

Albertini (1996) utiliza os seguintes indicadores para medir os impactos sociais da Internet nas organizações estudadas. No contexto de nosso estudo, estes se constituem numa tentativa simples de conhecer um pouco mais sobre as ações do Terceiro Setor no Brasil e suas particularidades no contexto de uso das tecnologias de comunicação e informação.

3.6.1.1 INDICADORES DE USO

Proporcionam informação acerca dos tipos de uso prevalentes. As variáveis referem-se à frequência de uso, conhecimento e uso das ferramentas disponíveis, a quantidade de recursos econômicos disponíveis para a utilização, democratização e difusão das informações recebidas e ao tipo de informação que baixa ou disponibiliza na rede. Este tipo de informação, segundo Albertini (1996), permite-nos inferir duas questões fundamentais: (a) qual é a faixa de uso das ferramentas da Internet em relação à potencialidade existente e os determinantes para esta faixa e (b) das ferramentas comumente utilizadas, quais as aplicações mais freqüentes.

3.6.1.2 INDICADORES DE GESTÃO

Indicam como se administram e os fins que guiam o uso da rede. As variáveis principais são relacionadas a como são incorporadas, na prática individual e institucional, as decisões acerca do uso e proibições, a vinculação com os objetivos e fins organizacionais e pessoais, e a percepção e nível de eficiência/eficácia. Estes indicadores permitem-nos inferir como a rede tem modificado práticas pessoais e organizacionais e quais as resistências e limitações ao uso e o quê ou quem impõe esta restrição.

3.6.1.3 INDICADORES TECNOLÓGICOS

Medem fundamentalmente a infra-estrutura técnica disponível e como afeta a disponibilidade e acessibilidade da rede; como esta infra-estrutura está ligada a fenômenos micro (decisões pessoais e organizacionais) e macro (políticas de telecomunicação no país, tipos de ações públicas e privadas).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na realização do estudo em questão, alguns pontos importantes merecem destaque, de forma a posicionar a temática em discussão e permitir que alcancemos os objetivos traçados. São eles: a) conhecer o ambiente socioeconômico e tecnológico em que vivemos, de maneira a demonstrar a importância das organizações do Terceiro Setor para o país, bem como ratificar a importância da universalização do acesso à Internet como elemento de inclusão social para as camadas mais pobres; b) traçar um perfil das organizações estudadas, sobretudo nas questões relacionadas à apropriação e ao *empowerment* (entendido como a sustentação oferecida pelas tecnologias às ONGs) das ações realizadas por estas e c) relatar algumas experiências de organizações do Terceiro Setor que fazem uso diferenciado das TDCIs em seus processos.

4.1 INTERNET NO BRASIL

A história da Internet (rede mundial de computadores) no mundo está sedimentada em ações de natureza diversa. Entre elas, a participação governamental/militar, a empresarial e a acadêmica. Os primeiros buscavam efetivar projetos de defesa do estado; os demais estavam dispostos a patrocinar o projeto e eram os responsáveis pela concretização efetiva do projeto, respectivamente .

A Rede teve seu início nos centros universitários norte-americanos, com interesses militares, concretizada pelos acadêmicos e reproduzida pôr indústrias financiadas para tal fim. Num segundo momento, surgiram os computadores pessoais e, posteriormente, a Internet ganha o mundo.

Na história da Internet no Brasil, as organizações do Terceiro Setor tiveram fundamental participação em sua disseminação. Cita-se, em especial, a

atuação do IBASE, por meio do ALTERNEX que, pelo projeto da ECO-92, estendeu a rede ao domínio público.

Dentre os aspectos tecnológicos mais importantes para a consolidação da disseminação da Internet no mundo estão a difusão dos microcomputadores e das linhas telefônicas.

No Brasil, entretanto, a situação ainda é um tanto quanto crítica. Dois fatores concorrem para esta situação. São eles: a infra-estrutura de telecomunicações defasada e os custos de aquisição de equipamentos, que constituem-se em restrições importantes constatadas na pesquisa.

4.2 USUÁRIOS DA INTERNET NO BRASIL

As estimativas do número de usuários da rede Internet no Brasil têm variado muito, em razão da diversidade de fontes e critérios; as mais conservadoras estão dimensionadas com base na contagem dos pontos de conexão à Internet, enquanto as demais se baseiam em estimativas variadas de usuários por máquina ou em pesquisas de mercado. O número estimado de usuários individuais da Internet no Brasil tem variado de 4 a 10 milhões, dependendo da fonte. A NIELSEN/NET RATINGS apontava, em 06/06/2001, a marca de 10.400.379 milhões de usuários no país. Entretanto, qualquer que seja o critério, tem sido invariável a constatação de que o número de usuários da Internet, em relação ao total da população é baixo, consequência do quadro de profunda desigualdade social.

A Tabela 1 a seguir nos dá a dimensão do problema, apontando principalmente, para o número de computadores/habitantes. Enquanto nos EUA há em torno de 400 computadores para cada mil habitantes, no Brasil essa relação é de 26 em mil. Trata-se de número bastante inferior também em relação à média das dez maiores economias mundiais (182).

Tabela 01. Usuários da rede Internet e hosts* das principais economias do mundo

Dez maiores economias (pôr PIB)	Usuários (milhares)	Hosts (p/10 mil hab.)	Pop. (milhõe s)	Pop. Urbana (%)	Telefones fixos (linhas p/100 hab.)	PC (p/ mil hab.)	Usuários/pop. (%)
EUA	110000	975,9	268	77	64,4	406,7	41,04
Canadá	12000	336,0	30	77	61,0	271,0	40,00
Inglaterra	14000	201,8	59	89	54,0	242,4	23,73
Japão	16000	140,0	126	78	47,9	202,4	12,70
Alemanha	15000	140,6	82	87	55,0	255,5	12,20
França	4700	73,3	59	75	57,5	174,4	7,97
Itália	4200	55,7	58	67	44,7	113,0	7,24
Espanha	2800	61,9	39	77	40,3	122,1	7,18
Brasil	3300	9,9	164	80	10,7	26,3	2,01
China (sem Hong Kong)	1700	0,2	1227	32	5,6	6,0	0,4
Totais e médias	178700	199,5	2112	73,9	44,1	182,0	15,4
Totais e médias excluindo China	177000	221,7	885	78,6	48,4	201,5	17,1

Fonte: Affonso, C. (2001)

* host: É um nó da rede. No contexto da Internet um host é um computador ou dispositivo que possua um endereço Internet e possa se comunicar com outros hosts.

Diante do quadro referente ao novo paradigma gerado pela sociedade da informação, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade da informação para todos. É urgente trabalhar na busca de soluções efetivas para que as pessoas dos diferentes segmentos sociais e regiões tenham amplo acesso à Internet, evitando assim que se crie uma classe de “infoexcluídos”.

Percebe-se que a difusão de acesso às redes no mundo é bastante desigual, como mostra a Tabela 2. Juntos, Canadá e EUA são responsáveis pôr praticamente a metade dos usuários de Internet no mundo. A América Latina conta com 4% desta parcela, sendo do Brasil boa parte dela (cerca de 60%).

Tabela 02. Acesso à Rede no mundo

Localidade	Número de usuários
Total mundial	407,1 milhões
África	3,11 milhões
Ásia/Pacífico	104,88 milhões
Europa	113,14 milhões
Oriente Médio	2,40 milhões
Canadá & USA	167,12 milhões
América Latina	16,45 milhões

Fonte: NUA Internet Surveys, (2001).

Não há dúvida sobre a importância assumida pelas novas tecnologias no contexto nacional. Essa importância se mostra, inclusive, pelos esforços desenvolvidos pelos planos governamentais no sentido de conduzir o país rumo à sociedade da informação.

No Brasil, é importante ressaltar alguns aspectos do Programa da Sociedade da Informação (Brasil, 1999), cujo desenvolvimento encontra-se em andamento. Torna-se, inclusive, necessário tecer alguns comentários sobre seus objetivos e impactos. O programa Sociedade da Informação constitui um

conjunto de iniciativas, coordenadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que prevêem ações dos governos federal, estaduais, municipais, junto com a iniciativa privada. O programa pretende viabilizar um novo estágio de evolução da Internet e suas aplicações no Brasil, tanto na capacitação de pessoal para pesquisa e desenvolvimento, quanto na garantia de serviços avançados de comunicação e informação.

O Programa faz parte do Plano Plurianual 2000-2004, do Governo Federal, com investimentos previstos de R\$ 3,4 bilhões, em quatro anos. Ele propõe colocar o país em condições de operar a Internet com todos os requisitos técnicos já existentes em ações mais avançadas, tanto no que diz respeito à velocidade de transmissão de dados, quanto a novos serviços e aplicações. BRASIL (1999).

O Programa está estruturado em oito linhas de ação e em nove áreas de atuação. As linhas de ação indicam a direção dos projetos: pesquisa e desenvolvimento em tecnologias-chave; prototipagem de aplicações estratégicas; implantação de infra-estrutura avançada para pesquisa e ensino; fomento a informações e conteúdos; fomento a novos empreendimentos; apoio à difusão tecnológica; apoio a aplicações sociais e governança no mundo eletrônico.

Já as áreas de atuação estabelecem um conjunto de objetivos globais, com prioridade para ciência, tecnologia e educação e cultura, considerados indutores dos demais. Os objetivos estão descritos no Quadro 1.

Quadro 01. Áreas de atuação e objetivos do programa Sociedade da Informação

Área de atuação	Objetivos
Ciência e tecnologia	Colaboração e condução de experimentos cooperativos e disseminação de informação científica e tecnológica.
Educação	Educação à distância de qualidade e bibliotecas temáticas digitais
Cultura	Criação e difusão cultural com ênfase nas identidades locais, seu fomento e preservação.
Saúde	Protótipos de serviços de referência em atendimento, telemedicina e de informação em saúde.
Aplicações sociais	Mundo virtual como habilitador de competências e de participação social.
Comércio eletrônico	Ambientes de comércio eletrônico e transações seguras através da rede.
Informação e mídia	Meios, processos e padrões para publicação e interação; propriedade intelectual e negócios de conhecimento.
Atividades de governo	Integração e maximização de ações públicas para a cidadania, transparência das ações e melhoria da qualidade dos serviços.
Educação para a Sociedade da Informação	Treinamento e formação tecnológica; popularização da cultura digital.

Fonte: BRASIL - Livro Verde (1999)

Por meio do Programa, um fecundo espaço se abre às organizações do Terceiro Setor. Seja no sentido de dinamizar suas ações frente aos seus beneficiários, seja pela capacitação de seus quadros pessoais, enfim, organizações que atuam principalmente nas vertentes educacionais, sociais e culturais podem ser direta ou indiretamente beneficiadas, necessitando. Para isso é necessário que estejam cientes da importância do tema ao setor e suas potencialidades.

Além dos benefícios diretos às organizações, a universalização do acesso à informação no país pode também, entre outras ações, ser realizada pelas

organizações do Terceiro Setor, que se constituem em agentes potenciais de acesso à grande parcela da população que se encontra desprovida de recursos de toda a natureza para efetivar tal ação. A capilaridade das ONGs no país, hoje, é indiscutível. Elas estão por todas as partes e realizando as mais diversas funções.

4.3 UNIVERSALIZAÇÃO DE ACESSO

A universalização do acesso à Internet no Brasil é urgente, haja vista as desigualdades geradas pôr outras tecnologias e condições. As telecomunicações e informática vêm apenas somar mais elementos a essas desigualdades.

O conceito de universalização tem caráter evolutivo, decorrente da velocidade do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e das novas oportunidades e assimetrias provocadas pôr esse desenvolvimento – fontes de novas formas de exclusão, que devem ser continuamente acompanhadas e consideradas.

Vale enfatizar que o conceito de universalização deve abranger também o de democratização, pois não se trata tão somente de tornar disponíveis os meios de acesso e de capacitar os indivíduos para tornarem-se usuários dos serviços da Internet. Trata-se, sobretudo, de permitir que as pessoas atuem como provedores ativos dos conteúdos que circulam na rede. Nesse sentido, é imprescindível promover a alfabetização digital, de forma que ela proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania.

A hegemonia dos Estados Unidos se mostra no conteúdo da rede, onde cerca de 80% de todas as informações estão em inglês, ainda que menos que um habitante em cada 10 no mundo falem esse idioma. Essa prevalência faz com

que haja necessidade de visão crítica quando se busca colocar a rede a serviço da sociedade nos países do Terceiro Mundo. Segundo Schiller (1996), as desigualdades se dão tanto em relação aos equipamentos, quanto aos fluxos e qualidade da informação gerada pelas novas e velhas tecnologias e também, na precariedade da informação gerada sobre o Terceiro Mundo e na ausência de adequação da informação “socialmente necessária” aos países periféricos para seu desenvolvimento. Ampliar a participação das organizações da sociedade civil na Internet e estimular a geração de conteúdo nacional, em língua portuguesa, originado dos meios populares onde estas organizações atuam, constitui importante contribuição do programa Sociedade da Informação ao desenvolvimento nacional.

Para as organizações sociais, partidos e sindicatos, a Internet oferece novas perspectivas para seu relacionamento com suas bases, para aumentar sua presença nos debates políticos e para mobilizar mais pessoas com interesses afins para objetivos específicos. A Internet, finalmente, abre inúmeras perspectivas para um novo relacionamento entre os cidadãos e seus governos, seja no âmbito local, estadual ou nacional - e até, por que não, internacional. Já existem exemplos suficientes para se constatar que os recursos da Internet podem aumentar a transparência na gestão pública e a participação dos cidadãos nas decisões de governo.

No entanto, não há dúvidas de que a pouca difusão dos dispositivos de acesso constitui importante fator de restrição à universalização dos serviços. O computador popular não se apresenta como solução acessível para o pretendido aumento significativo de cidadãos com acesso à rede.

Nos últimos anos, tem aumentado o número de iniciativas, ora objetivando de acelerar a incorporação dos cidadãos às novas formas de organização social introduzidas pela tecnologia, ora para evitar que a evolução tecnológica funcione como novo fator de exclusão social. Mesmo nos países de

economia avançada, esses objetivos têm demandado um esforço considerável pôr parte dos governos, em associação com a iniciativa privada. Na maioria dos programas e propostas dos governos, a universalização do acesso aos serviços de Internet tem sido complementada pôr ações focadas em pelo menos três grandes frentes: educação pública, informação para a cidadania e incentivo à montagem de centros de serviço de acesso público à Internet, os chamados telecentros.

Um telecentro pode, e deve, ser um espaço destinado à produção de informação e conhecimento de sua região, estimulando ou fomentando as atividades culturais, educacionais, comunicacionais, políticas e econômicas da comunidade que o cerca. Deve ser também um espaço que permita a concentração de esforços, a fim de se encontrar um suporte às necessidades da comunidade, abrindo um caminho para que ela possa refletir e negociar inclusive com o poder público, tendo assim, mais voz e ação.

Os telecentros devem surgir como forma de instrumentalizar as pessoas. Principalmente aquelas excluídas da sociedade do conhecimento, a fim de que possam utilizar essas técnicas em benefício de seu trabalho, de seu desenvolvimento profissional e do enriquecimento de seu acervo de conhecimento.

De modo simplificado, um telecentro é uma organização de computadores com acesso a Internet que permite à população acessar serviços públicos, obter informações e estabelecer comunicação em áreas afins. Os telecentros estão sendo construídos como parte das estratégias do Programa da Sociedade da Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O que se pretende com os telecentros é afirmar a significação das tecnologias aos cidadãos, sobretudo em questões de identidade cultural e poder político.

Fomentar a universalização de serviços significa, portanto, conceber soluções e promover ações que envolvam desde a ampliação e melhoria da infra-

estrutura de acesso até a formação do cidadão, para que este, informado e consciente, possa utilizar os serviços disponíveis na rede. Um aspecto determinante da universalização de acesso diz respeito aos custos para o usuário – do terminal de acesso, da assinatura da linha telefônica, da tarifação local ou interurbana, dos serviços do provedor. Um dos principais problemas de localidades mais distantes dos centros de maior desenvolvimento é a inexistência de provedores locais, o que força boa parcela da população, para ter acesso a um provedor, a arcar com o custo de ligações interurbanas.

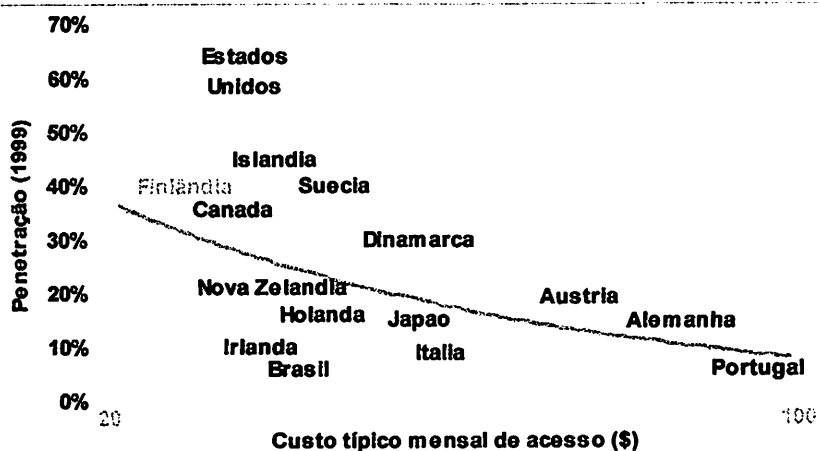


Figura 02. Custo típico mensal de acesso e a penetração da Internet nos Países do mundo.

Fonte: BRASIL - Livro Verde, (1999) / adaptação do autor

A Figura 2 mostra a relação dos custos de acesso e a penetração da Internet em diversos países do mundo, mas, o fato de os custos de acesso serem relativamente baixos, como é o caso inclusive do Brasil, não resulta, pôr si só, em grande penetração da rede. Há outros condicionantes, tais como renda per capita, penetração do serviço telefônico e nível de escolaridade da população. A

esses fatores agregam-se ainda aspectos culturais, a familiaridade das pessoas para a utilização da Internet e a utilidade das informações oferecidas. Outro aspecto importante é que, em geral, as interfaces dos programas usados para acesso à rede exigem dos usuários uma capacitação específica em informática. Tudo isso, enfim, pressupõe adequar a tecnologia – *hardware* e *software* –, bem como os conteúdos e serviços, à diversidade das demandas e às características – sociais, culturais e físicas – dos usuários da rede.

Na opinião de Affonso (2001), o *“processo de infoinclusão requer uma cadeia de eventos que poderia ser resumida assim: o acesso precisa estar disponível (comunitária ou individualmente); se estiver disponível, precisa ter um custo viável para os usuários finais, levando em conta as disparidades de renda; existindo a baixo custo, precisa ser irrestrito (igualdade de oportunidade); ainda mais, tem que ser útil à comunidade (para justificá-lo como prioridade de gasto social); precisa ainda ser sustentável em longo prazo; e finalmente, pode também ser usado para o lazer (já que o direito ao lazer é um componente fundamental do desenvolvimento humano)”*.

A atual situação nacional frente aos projetos de inclusão digital, apesar de ainda estarmos apenas começando (e na maioria dos municípios nem sequer isso), há uma oportunidade importante no Brasil, que o destaca do resto da América Latina tanto em escala, como em impacto. Trata-se da combinação de dois processos: o cumprimento das normas de acesso universal embutidas nos contratos de concessão das telefônicas e o programa de universalização de serviços do FUST (Fundo de Universalização das Telecomunicações). Falta ainda a contraparte da sociedade civil - organizar ações que estimulem amplamente iniciativas locais de inclusão digital, ao mesmo tempo em que monitorem criticamente as políticas governamentais neste campo ao nível de governo. Mesmo que os processos acima resultem em pontos de acesso à Internet em todas as localidades brasileiras em menos de três anos, ou que todas

as escolas médias, postos de saúde e bibliotecas públicas estejam conectados, ainda haverá muito, mas muito mesmo, pôr fazer para alcançar a meta de inclusão digital ampla, tanto geográfica como socialmente. E esta meta não será alcançada sem a intervenção e iniciativas concretas das organizações civis (Affonso, 2001).

4.4 TERCEIRO SETOR E AS TDCIs

*“Fiquem ligados, não
vendam suas consciências.
Mantenham seus chips
plantados bem no meio da lama”
Chico Science*

A característica heterogênea do Terceiro Setor e das tecnologias, de maneira geral, remete o presente trabalho a um contexto amplo de discussão.

O Terceiro Setor é entendido neste trabalho de forma mais representativa pôr organizações não governamentais (ONG), especialmente aquelas do sudeste do Brasil (SP, RJ, ES e MG), ligadas entre outras, as causas ambientais, tecnológicas, culturais e humanas de atuação. Elas fornecem-nos algumas pistas que permitem conhecer um pouco da relação homem-máquina, necessária para a compreensão do fenômeno em estudo.

Tudo indica que o desenvolvimento explosivo do uso da Internet no Brasil vá continuar e que, em poucos anos, a quantidade de usuários alcançará um número maior que dez milhões de pessoas. Cada vez mais, serviços estão disponíveis na Internet. Eles vão desde a compra de uma pizza no bairro, passando pelo pagamento dos impostos *on-line*, até o planejamento de viagens pelo mundo inteiro. Cada vez mais entidades - sejam elas empresas, prefeituras, ONGs, sindicatos, etc. - estão presentes com páginas próprias, comunicando-se

com seus clientes, usuários, eleitores ou membros e oferecendo informações, serviços, mercadorias ou entretenimento.

No entanto, hoje, a situação se mostra bastante heterogênea. Se, por um lado, existem organizações que têm nas tecnologias aliados importantes para a disseminação da informação e comunicação, pôr outro, existem diversas organizações que não possuem sequer acesso freqüente ao correio eletrônico.

De maneira geral, todas as organizações pesquisadas são unânimes com relação à importância das TDCIs (Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação) para suas empreitadas, porém, poucas têm efetivo uso destas. Tal situação está associada a diversos fatores, entre eles, aspectos financeiros e dificuldades de ordem técnica e operacional aparecem com freqüência na lista. Porém, percebe-se que, associado a estas variáveis, há um consenso na significativa redução de custos, permitido pela Rede a estas organizações, principalmente quando se trata de comunicação.

No tocante aos processos de tomada de decisão, pôr exemplo, pode-se afirmar que o maior acesso e variedade de informação (para aquelas organizações que desfrutam do acesso à Rede) conduzem a um enriquecimento do processo. Pois, uma vez rompido o isolamento das organizações, estas passam a atuar de maneira mais coordenada, inclusive em questões locais, diferente do que podíamos imaginar a princípio, já que apenas em questões globais parecia-nos importante esta coordenação. No entanto, essa questão é vista também como motivo de preocupação de algumas organizações, que acreditam que sua autonomia possa estar sendo perdida graças ao controle exercido pôr organismos financiadores e, mesmo, pela própria representatividade da Internet para algumas ações.

O acesso a um leque maior de informação e comunicação leva a uma maior produção de serviços e produtos, identificados, sobretudo, sobre a forma de eventos (cursos, seminários) que, pela Rede, são divulgados entre as

organizações, principalmente via grupos de discussão e fóruns. No entanto, estes são de caráter quase sempre presencial. Esse fator efetiva a visão reduzida das potencialidades das TDCIs ao setor, uma vez que a utilização dessa mídia poderia ser mais bem trabalhada no sentido, inclusive, da realização de muitos desses eventos através da própria Rede.

De maneira geral, as novas tecnologias são utilizadas pelas ONGs, dentre outras atividades, para a busca por informação, para comunicação e colaboração entre indivíduos, para aspectos mercadológicos, na ótica da visibilidade das ações e também nos processos gerenciais.

Sendo assim, apropriar a temática das TDCIs e posicioná-la frente às organizações da sociedade civil requer que passemos pela história da introdução da Internet no país, pelas ações estruturadas dos países do Terceiro Mundo, dos não alinhados à guerra fria e, principalmente, das organizações não governamentais e associações profissionais que, em meados aos anos de 1970, culminaram com a Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro.

A conferência que teve repercussão mundial e foi para o país o divisor de águas na Internet, até então exclusivamente acadêmica, consolidou-se pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Esse foi o primeiro provedor de acesso e informações (ALTERNEX) a ligar brasileiros fora do mundo acadêmico à Internet, ao mesmo tempo em que permitiu o necessário significado ao evento. Ou seja, a enormidade do Terceiro Setor é evidente; suas diferenças frente às TDCIs também o são e, conseqüentemente, a apropriação e as implicações do uso destas também.

Dentre as principais variáveis que condicionam as diferenças na apropriação das técnicas, podem ser citadas a condição socioeconômica, os valores culturais, a idade, o sexo dos usuários e, ainda, certamente, sua cultura técnica anterior.

De forma geral, as organizações apropriam-se de maneira diferente das tecnologias, em virtude de condicionantes técnicos, sociais e culturais e, até mesmo, em níveis diferentes de atuação. Seja no âmbito organizacional, em que as TDCIs significam ferramentas de trabalho essencialmente informativas, atuando em processos de gestão da informação, bases de dados, estatísticas, números, memorandos, documentos, etc; no âmbito interorganizacional, essencialmente comunicativa, principalmente graças aos mecanismos de troca de informações, bate papos, *e-mails*, conferências, etc., ou no plano de ação, onde estas tecnologias assumem características emancipadoras e democráticas.

Mensurar como se dá este processo, apesar de parecer tarefa simples, é bastante complicado, uma vez que as tecnologias implicam, sobretudo, facilidades diversas e também dificuldades que, muitas vezes, não refletem a real apropriação da mesma. Entretanto, estas facilidades, muitas vezes relacionadas à eficiência administrativa e operacional, refletem a influência política das organizações em suas ações em esferas diversas.

No Brasil, os movimentos de base e as ONGs saíram da marginalidade ao longo dos anos 1980, junto com o processo de democratização da sociedade. A interconexão solidária entre estes mecanismos de inserção social pode ser extremamente potencializada pela rede. Entretanto, organizações com melhores recursos computacionais podem criar páginas e outras vias de acesso mais eficientes, enquanto que outras, até com maior participação popular e social, podem ficar menos visíveis pôr falta destes recursos.

Os dados a seguir mostram algumas particularidades absorvidas do Terceiro Setor frente às tecnologias e permitem que façamos algumas inferências quanto ao nível de apropriação verificado pelas ONGs estudadas em suas práticas administrativas, comunicativas e, principalmente, no tocante às ações realizadas pôr estas organizações frente aos seus objetivos primordiais.

Uma primeira informação obtida (Figura 3) nos dá a dimensão da importância assumida pelas TDCIs para as organizações. Verifica-se que as organizações pesquisadas acreditam que as TDCIs ajudam nas questões de comunicação intra e entre organizações (37%). Seguem-se as questões relacionadas à captação de recursos (15%), à gestão, capacitação e marketing (12%) e à articulação de ações (9%).

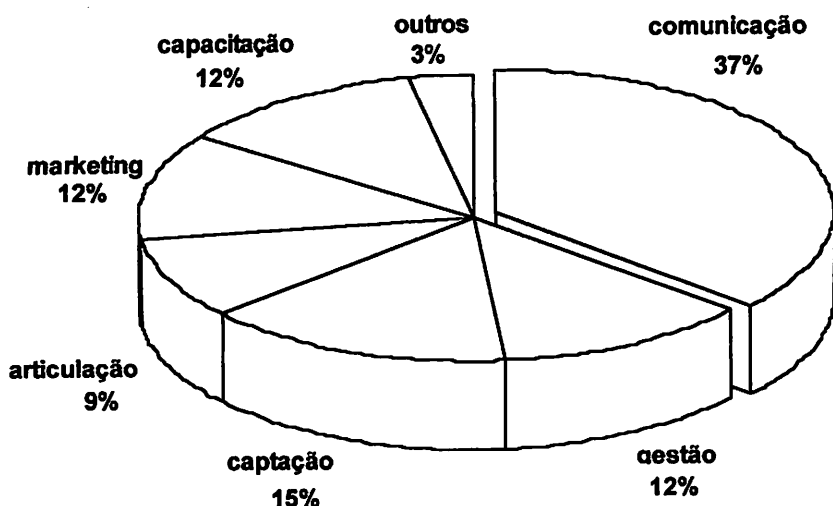


Figura 3. Auxílio dado pelas TDCIs às ONGs pesquisadas

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se, de maneira geral, que há um consenso no potencial das tecnologias, principalmente, no tocante à comunicação. Frequentemente, as possibilidades de agilidade e difusão da informação refletem a expectativa das organizações pesquisadas, conforme se observa nos depoimentos a seguir:

“As tecnologias, sobretudo, permitem um maior intercâmbio de informações entre as ONGs” (Relato de entrevista).

“O uso do e-mail é algo que se tornou imprescindível para a organização. Não consigo imaginar o custo que teríamos se fizessemos tudo através do telefone”. (Relato de entrevista)

É importante destacar, no entanto, que correios e conferências eletrônicas não podem ser pensados como substitutos de outros meios de comunicação informal. Dependendo da complexidade do assunto tratado, da proximidade geográfica e do quanto se necessita de retorno, a interação face a face e o telefone podem ser preferidos ou complementarem a sua utilização.

Apenas quando as tecnologias apropriadas são utilizadas em conjunto, com práticas efetivas (e isto envolve não apenas a capacidade de criar, mas de observar práticas já existentes), a organização pode fazer com que seus profissionais, individual e coletivamente, tirem o melhor proveito de seus conhecimentos. Configura-se assim não a fragmentação comumente utilizada de sujeitos que utilizam tecnologias ou de tecnologias que "adaptam" sujeitos, mas conjuntos de sujeitos-tecnologias que fazem parte da rede de relações cujos efeitos podem ser ou não positivos para os próprios profissionais e organizações.

Nesse sentido, a simples disponibilização destas ferramentas pôr uma organização não cria o ambiente no qual o conhecimento possa se transferir em toda a sua complexidade. Para isso, é necessário que elas façam parte do conjunto das relações "híbridas" que incluem as redes de relacionamentos ou redes informais que constituem os ambientes onde essa transferência se dá naturalmente. A utilização, pelas redes informais, destas e de outras ferramentas

como instrumento de trabalho, que pode ser até mesmo o simples correio eletrônico ou *e-mail*, é o que lhes pode dar a verdadeira efetividade.

A disponibilização, pôr si mesma, de uma ferramenta específica, pôr mais alinhada que esteja com o estado da arte da tecnologia da informação, não é suficiente para resolver e endereçar todas as questões relacionadas ao processamento das informações nas organizações.

Na sociedade do conhecimento, a informática é um poderoso instrumento de dinamização da gestão e aumento de produtividade. No tocante aos processos de comunicação, a rede mundial permite a comunicação, em tempo real, de forma assíncrona e global, características particulares que garantem uma explosão do processo de pessoas conectarem-se com pessoas. Por meio da participação em redes de conexões eletrônicas, pode-se pensar e agir local e globalmente.

Dentre as tecnologias mais freqüentemente utilizadas pelas organizações pesquisadas, a Tabela 3 mostra a importância do *e-mail* no processo de comunicação, assim como as listas de discussão que se constituem em eficientes canais de trocas de idéias e colaboração mútua.

Tabela 3. Uso das tecnologias pelas organizações pesquisadas

Tecnologia	% de uso
<i>E-mail</i>	100,00
WWW	66,67
Listas de discussão	66,67
Chat	20,00
ICQ	13,33
Vídeo conferência	6,67
Outras	6,67
Nenhuma	0

Fonte: Dados da pesquisa

A apropriação das TDCs pelas organizações estudadas se dá, principalmente, como instrumento de comunicação, por de um dos seguintes usos:

- troca de informações de logística dentro da organização;
- ligação e coordenação de atividades com outras organizações;
- acesso a documentos e dados para funções gerenciais e estratégicas;

Por outro lado, no tocante às dificuldades enfrentadas pelas organizações frente às TDCIs, nota-se que há uma distribuição mais equitativa dos problemas que foram enumerados como prioritários, conforme demonstrado na Figura 4.

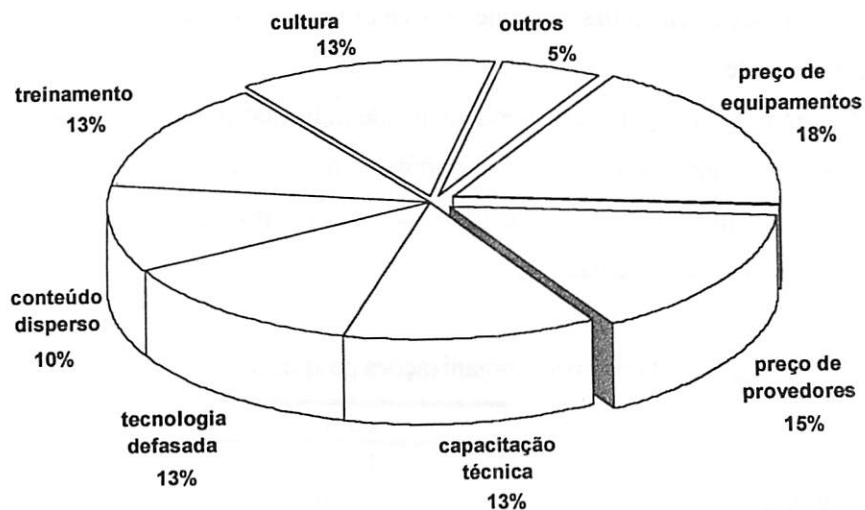


Figura 4. Dificuldades enfrentadas pelas ONGs pesquisadas com relação às TDCI's.

Fonte: Dados da pesquisa

Em primeiro lugar, há um consenso relacionado aos preços de equipamentos (*hardware* e *software*), que corresponderam a 18% do percentual de resposta. Seguem-se, a despesa com provedores de acesso à rede (15%) e,

posteriormente, questões como capacitação técnica (13%), cultura (13%), defasagem tecnológica (13%), treinamento (13%) e conteúdo (10%). Entretanto, apesar dos preços de equipamentos serem fatores dificultadores, vale ressaltar que, ainda assim, os custos operacionais das organizações ficam sensivelmente reduzidos, diminuindo despesas com telefonemas, viagens e correio tradicional, quando possível, conforme demonstra o trecho a seguir:

“A contribuição da tecnologia é fundamental, permitindo a articulação, comunicação e conhecimento a custos relativamente baixos (exceto o de aquisição inicial de equipamento, mas de qualquer modo mais barato que telefonemas, viagens, etc.)” (Relato de entrevista)

“Creio que a Internet facilita o acesso à informação virtual. É muito importante, principalmente para entidades que estão localizadas longe dos grandes centros de difusão. No interior, tudo é mais difícil quando se trata do Terceiro Setor” (Relato de entrevista)

A participação das organizações na Internet, entretanto, ainda é pouco efetiva quando considerada a presença ativa na WWW, haja vista o baixo número de organizações que fazem uso desta mídia como canal de comunicação com seus beneficiários e com a sociedade em geral. A pesquisa realizada pôr Rodrigues (1999) nos dá a dimensão desta participação, conforme a Figura 5.

Percebe-se que há um alto grau de exclusão digital no nosso país e, se considerarmos a questão qualitativa dos conteúdos localizados, é ainda mais dramático. Na verdade, não basta estar na Internet, é preciso saber utilizar esta ferramenta de forma adequada aos interesses e necessidades da área social.

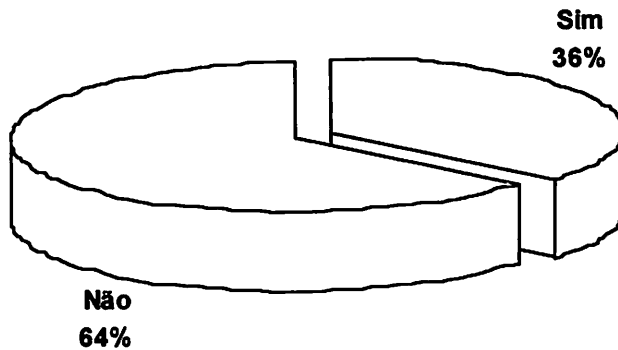


Figura 5. Presença na Internet por meio da manutenção de sites na rede.

Fonte: Rodrigues, (1999), adaptado pelo autor.

De qualquer forma, pode-se perceber que esta inserção das organizações não governamentais na rede é crescente, conforme observa-se na Tabela 4 e na Figura 6. Mais importante ainda é a taxa de crescimento relativa, comparada com outros empreendimentos na rede, sendo superada apenas pelos registros.com (empreendimentos comerciais). As siglas edu.br referem-se a empreendimentos educacionais, mil.br é atribuída a órgãos militares, org.br é usada pôr organizações sem fins lucrativos, net.br é usada pôr organizações relacionadas diretamente à Internet, gov.br pôr instâncias governamentais e com.br pelas demais organizações (empreendimentos comerciais).

Tabela 4. Variação percentual de registros de domínios pôr categoria.

	%				
	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01
Outros			109,3	37,2	
Edu.Br	72,7	66,5	43,3	4,4	19,6
Mil.br+org.br+net.br	208,3	134,7	79,6	6,3	89,0
Gov.Br	50,0	58,7	26,0	2,2	48,2
Com.Br	252,2	157,6	122,6	15,7	132,9

Fonte: Fapesp, (2001) (www.registro.br)/adaptação do autor

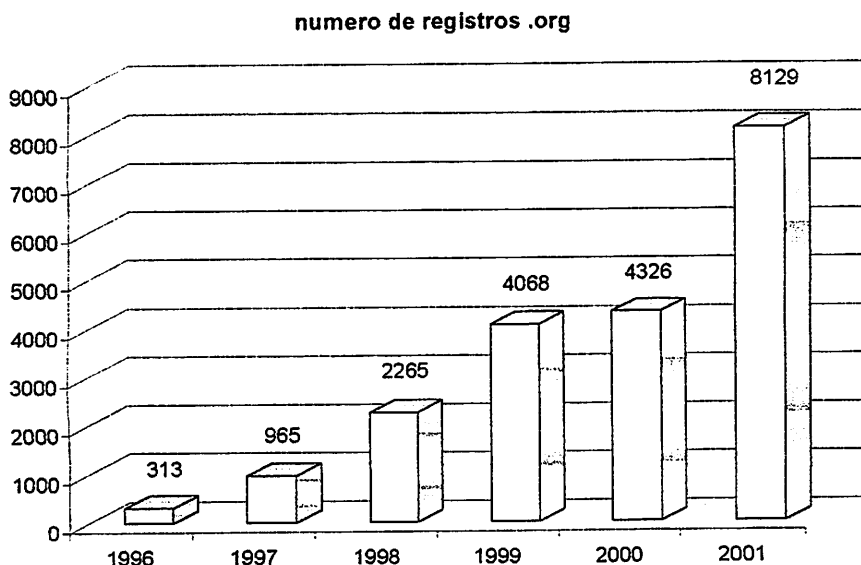


Figura 06. Número de registros de domínios .org no Brasil.

Fonte: Fapesp (2001) (www.registro.br) / adaptação do autor

A Figura 6 mostra a evolução dos registros de organizações sem fins lucrativos para que possam ter um site na Rede com a denominação www.nomedaorganização.org.br. Dessa forma, a organização pode estar usufruindo a Internet de modo ativo, também pela produção e da disponibilização de conteúdos, a interação mais ativa com seus financiadores e maior visibilidade perante a sociedade em geral.

No entanto, as potencialidades maiores que as TDCIs oferecem, (Tabela 3), estão associadas ao processo de comunicação, principalmente o correio eletrônico (100%) e as listas/grupos de discussão (66%).

Nota-se que, as organizações assumem um dualismo importante no uso da rede, quando observadas as ações frente à WWW. Quando a organização é vista como um agente passivo no processo, recebendo informações, ela faz uso intenso deste mecanismo (66%), (Tabela 3). Entretanto, quando considera-se a

utilização desta forma específica como agente de disseminação da informação, em que a organização atua como sujeito ativo no processo, disponibilizando informações e conteúdo, por meio de um site próprio, percebe-se que o mesmo ainda é bastante restrito (36%) (Figura 5).

Estes resultados ficam mais evidentes ainda quando se analisa a Figura 4. As dificuldades com capacitação, preços e artefatos tecnológicos significam o impedimento das organizações em utilizar mais efetivamente o potencial das tecnologias para as ações de maximizar sua comunicação com seu público alvo. Na maioria das vezes, esse público constitui-se de pessoas de baixa renda, nível educacional restrito e, quase sempre, desprovidos de acesso à Internet e outros meios tecnológicos.

É nesse sentido que as ações de universalização de acesso devem trabalhar. Ou seja, buscando, entre outros, colocar as organizações em condições de produzir e disponibilizar, na rede, informações originadas de suas bases, produção de conhecimento para estas pessoas e também para outros, assim como permitir que, por meio destas mesmas organizações, haja uma maior capilarização do acesso.

As ONGs brasileiras demonstram estar tentando acompanhar a evolução da tecnologia da informação. Esta constatação é possível com base na taxa de utilização da Internet, do número de crescente de organizações com páginas na rede e, principalmente, pela apropriação desta tecnologia para proveito próprio. A tecnologia ainda não é utilizada em sua plenitude, ou melhor, não se observou a utilização de todos os recursos que a tecnologia propicia. Na verdade, existe assim uma "lacuna" entre a tecnologia disponível e a que é realmente utilizada pelas instituições. Porém, cabe salientar que ferramentas importantes como o *e-mail* e o *WWW* são altamente utilizadas. Portanto, é grande a procura, por parte das entidades, em acompanhar as novas ferramentas que as tecnologias da informação disponibilizam.

No entanto, não há dúvida que a Internet e as novas tecnologias associadas às telecomunicações em geral, assim como quaisquer outras tecnologias, não devem ser vistas como um fim em si mesmas. Elas deveriam ser entendidas como meios para a consecução de objetivos e missões das organizações.

Não se pode, entretanto, acreditar que as TDCIs são mais importantes que os objetivos compartilhados pelos beneficiários das ações das ONGs e das próprias ONGs como organizações que operam estas ações e as coordenam.

A existência do Terceiro Setor e das ONGs é, inicialmente, completamente independente das tecnologias específicas consideradas. No entanto, vê-se nitidamente a importância na atual situação das organizações, do papel exercido pelas tecnologias da informação e comunicação. A introdução de uma nova tecnologia no âmbito das organizações do Terceiro Setor constitui importante passo à adequação destas as novas práticas de gestão, comunicação e colaboração. Adequar esta introdução aos moldes das organizações do Terceiro Setor constitui, talvez, um dos grandes desafios a serem enfrentados.

Percebe-se que a heterogeneidade do Terceiro Setor frente às TDCIs é enorme. Por um lado, existem casos de ONGs que estão comprometidas em auxiliar e estender as potencialidades das tecnologias para outras ONGs, enquanto muitas sequer possuem acesso à rede ou, quando o possuem, fazem uso limitado e restrito destas potencialidades.

A articulação comunicacional é, das potencialidades conhecidas, a mais efetivamente usada pôr aquelas ONGs participantes da pesquisa. Há consenso na importância do *e-mail*, tanto na velocidade, custos e informalidade dos processos. Os grupos de discussão, principalmente aqueles relacionados a assuntos específicos como: educação ambiental, terceiro setor, direitos humanos, cidadania e outros são ativos e constituem-se importantes canais de trocas de informações e experiências entre os membros das ONGs. Nestes espaços, há

uma intensa presença de elementos com participação ativa em organizações diversas, que mobilizam e constituem-se em importantes nodos e elos das redes de comunicações.

As organizações, quando vistas sob a ótica de redes, principalmente redes eletrônicas de comunicação, adquirem características que permitem avançar nas questões de gestão da informação e do conhecimento, de maneira mais efetiva. É possível às organizações estarem atualizadas com relação aos acontecimentos em qualquer parte do globo, ao acompanhamento das tendências, dos processos e ações diversas, tudo isso ao mesmo tempo em que as notícias são veiculadas ou com pequenas variações de tempo. Acresce-se, ainda, que a mesma informação pode ficar disponível em repositórios de notícias, gratuitos ou não, acessados conforme as necessidades.

Das ferramentas tradicionais que auxiliam o trabalho pôr intermédio do computador (*groupware*), os sistemas assíncronos (aqueles que não exigem o compartilhamento e o acesso à informação simultaneamente) são os mais difundidos e utilizados. Isto se explica, em grande parte, pelas questões técnicas levantadas. Dentre elas, custo de acesso dos provedores e infra-estrutura de *hardware*, especialmente telecomunicações (incluindo aí custos e qualidade das transmissões) e equipamentos com baixa capacidade de processamento e armazenamento de informações para o uso de sistemas síncronos (que exigem usuários *on-line*).

É fato que nada substitui um contato face-a-face, quando as exigências e as influências de ambas as partes podem ser mais bem expostas e discutidas. Sendo assim, lógico seria que as videoconferências, pôr exemplo, tivessem ter espaço garantido no cotidiano das organizações para realizar diversas atividades com seus pares. No entanto, raras são as organizações que afirmaram já terem feito uso desta tecnologia. A razão disso está nas dificuldades enfrentadas no

tocante à velocidade de transmissão de dados pôr meios convencionais de acesso à rede utilizados pelas ONGs pesquisadas.

Ainda que estejamos numa escalada crescente de tecnologias disponíveis e avanços, as organizações normalmente pulverizadas no país, apropriam-se gradativamente das tecnologias disponíveis, limitadas, sobretudo pôr questões financeiras e técnicas, ainda que não exclusivamente. Percebe-se que, mesmo com todo seu potencial, as TDCIs apresentaram um início relativamente lento nos primeiros anos, devido entre outros, a obstáculos relacionados, principalmente, à administração da informação, tanto recebida quanto aquela oferecida.

Por fim, as questões relacionadas à segurança devem também ser evidenciadas, uma vez que muitas das organizações atuam com dados confidenciais e importantes para seus processos. Esse fator dificulta a adoção imediata das tecnologias, graças aos constantes rumores de falta de segurança oferecida pela Rede.

4.5 EMPOWERMENT

Considere-se que a construção da cidadania, ou de práticas de cidadania, passa, necessariamente, pela questão do acesso e uso da informação. Isto porque, tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres dos cidadãos, dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres. Diante desta colocação, o não acesso à informação ou, ainda, o acesso limitado ou o acesso a informações distorcidas, dificultam o exercício pleno da cidadania.

A relação entre informação e cidadania não é gerada pelo simples acesso/uso da informação. Tal relação exige reflexão e análise crítica pôr parte do usuário. Das possibilidades às práticas, há a necessidade da construção crítica

pôr parte dos sujeitos sociais, da importância de se colocar tais elementos a serviço do bem estar coletivo.

No entanto, é fundamental que a discussão passe sempre pela questão da cidadania. Só assim a universalização de acesso passa a ser também a universalização do saber. Associado a isso devem ser resgatados os valores morais dos usuários, a educação, a informação e a prática cidadã.

Por meio do Terceiro Setor, tem-se acesso a uma maior parcela da população, aumentam-se às chances de práticas de acompanhamento de projetos, de compartilhamento do saber, de comunicação, de como unir a ação, de informar, de conhecer e compartilhar.

Algumas ações já se encaminham, mas ainda é muito pouco. É necessário que haja um esforço conjunto de amplos segmentos da sociedade, com doação de equipamentos, com a fabricação do computador popular, com a capacitação dos multiplicadores, com o suporte técnico, com o *software* livre, com conteúdo nacional ampliado, com a divulgação, com as bibliotecas digitais e repositórios de informação. Enfim, tudo que permeia a discussão de um projeto ousado e real de universalização de acesso e oportunidades, de riqueza, de poder.

Dessa forma, é pertinente a visão de que está sendo construída uma sociedade da informação, onde aquele que possuir informação ou aquele que souber utilizar o conhecimento adquirido em benefício de suas ações, verdadeiramente, possuirá poder. Muitas vezes, uma organização atua num vasto território, cujas fronteiras não necessariamente se limitam às fronteiras políticas dos países, fato que nos leva a indagar sobre os meios que seus colaboradores utilizam para trocar informação e estruturar suas ações.

As TDCIs possuem uma significação de poder político para as organizações. Diferentemente das mídias tradicionais, é possível acessar assuntos temáticos a custos quase nulos, como é o caso de listas e grupos de

discussão. Esta significação está associada ao fato de que a construção da cidadania, ou práticas de cidadania, passa, necessariamente, pela questão do acesso e uso da informação. Pois, tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão, dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres.

A circulação da informação garante esse poder político às organizações, uma vez que ocorre um aumento significativo nos acoplamentos entre estas e a formação de redes é um aspecto singular dessa característica.

Nota-se, pela análise das informações trocadas entre os escritórios das ONGs (Figura 7), que a comunicação via Internet vem ganhando espaço na vida cotidiana das organizações. Entretanto, evidenciar as relações entre atores não é suficiente para enunciar a existência de uma verdadeira rede. Para que a rede ganhe significado, é necessário que um projeto concreto, coletivo, voluntário, proporcione uma dinâmica específica às relações preexistentes. O seguinte relato exemplifica essa afirmação:

“Acredito que as tecnologias apenas potencializem, facilitem e otimizem a boa-vontade de pôr a mão na massa. Se não houver esta iniciativa própria do ser humano que está na frente da máquina, nada se concretiza. Pôr isso, a Internet facilita, potencializa, mas não faz sozinha, não cria do nada” (Relato de entrevista).

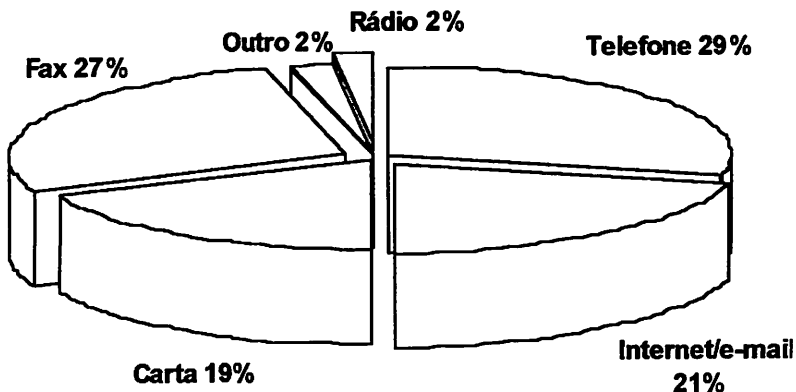


Figura 07. Troca de informações entre escritórios de ONGs.

Fonte: Rodrigues, 1999.

A rede deve dotar-se de uma realidade operacional (que repousa sobre a capacidade dos animadores de conferir-lhe: meios práticos de ação como material, local, orçamento, sistema eletrônico de comunicação) e uma cultura de funcionamento (ética, repartição de papéis, recursos a trocar como informações, conhecimento, influência, agenda de endereços) para que possua significado e represente verdadeiramente uma força política às organizações.

Neste sentido, diversas redes de ONGs existentes consolidam suas ações graças ao suporte eletrônico das TDCIs. O Terceiro Setor sempre foi pioneiro na criação e manutenção de redes, que agora possuem um aliado a mais nas ações conjuntas e coordenadas das organizações, seja na influência política ou na redução de custos.

Algumas dessas redes de organizações já encontram na Internet uma fonte a mais de apoio e coordenação de suas ações. Vale ressaltar as iniciativas da Rits, da Rede Voluntária, da Rede OCARA, a Rede de Educação Ambiental, a Rede Mulher e a Rede Mineira de ONGs. Um caso à parte, e que foge ao escopo dessa pesquisa é a Rede AlterNex, operada pelo IBASE, que permite a

discussão de diversos temas pôr seus afiliados. Para maiores informações sobre o Alternex, ver Lopes (1995, 1997) e Fortier (1999).

Na opinião dos entrevistados, as redes e tecnologias significam um avanço para a difusão de informações, de eventos sociais e políticos e se constitui uma importante ferramenta de mobilização de pessoas e grupos em torno das lutas sociais. A expectativa é que o potencial das tecnologias de informação e comunicação cresça na articulação entre iniciativas diversas, sobretudo baseado na capacidade dos usuários de criar e implementar novas ações sustentadas pôr estas tecnologias. Acredita-se que somente pela criação de contextos favoráveis, é que a plena utilização da rede pode ter seu real significado para o desenvolvimento do país. Os depoimentos a seguir reforçam este fato:

“Como toda nova ferramenta e tecnologia, sua utilização é diretamente dependente da criatividade de cada usuário” (Relato de entrevista).

Como se pode perceber, há diversos enfoques dados às TDCIs pelas organizações. No entanto, merecem destaque a atuação da RITS (Rede de Informação para o Terceiro Setor) e o CDI (Comitê para Democratização da Informática). Estas duas organizações, embora atuando em vertentes diferentes de público alvo, têm, nas tecnologias da informação e comunicação, ferramentas indispensáveis aos trabalhos realizados.

A Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS) é uma organização privada, autônoma e sem finalidade lucrativa (veja estatuto da RITS nos anexos). Foi fundada em 1997 e é mantida com o apoio financeiro de agências privadas e públicas, nacionais e internacionais.

A RITS é uma rede virtual de informações, interação e apoio técnico, que oferece serviços e apoio em tecnologias. Proporciona às organizações da

sociedade civil oportunidade única de compartilhar recursos técnicos, informações e conhecimento através de uma rede virtual de informações e interação para o Terceiro Setor.

Ao prestar estes serviços, a RITS acredita que está desempenhando seu papel de instrumento de modernização das organizações da sociedade civil e, ao mesmo tempo, está em busca de sua sustentabilidade.

Dentre as principais ações efetivadas pela RITS, destacam-se as consultorias para assuntos ligados ao Terceiro Setor e tecnologias enfatizando a possibilidade da utilização de um sistema de gestão do conhecimento, a criação de boletins de informações, bases de dados e quadros de avisos para as organizações interessadas. Sobre o próprio Terceiro Setor, a RITS disponibiliza aos associados a possibilidade de contatos com especialistas em legislação, sanando dúvidas e orientando ações específicas, e um amplo leque de material de apoio à gestão, com textos e experiências em marketing, recursos humanos, finanças, captação de recursos, metodologias de trabalho e outros temas. Oferece, ainda, uma revista “*on-line*” sobre o Terceiro Setor, um amplo catálogo de publicações, textos e pesquisadores para contatos e uma variada agenda de eventos, oportunidades e serviços relacionados ao setor.

É também propósito da RITS estimular o desenvolvimento de redes e, mais, fomentar o surgimento de novas redes de informação, que possam aglutinar aquelas entidades que ainda não estão articuladas em rede.

A idéia básica da organização, quando trata da articulação em redes, é fazer com que as redes já existentes, e que organizam o Terceiro Setor nos planos político e institucional, passem a operar também no âmbito da Internet. Isto é, lança mão dos recursos e das facilidades que as tecnologias de comunicação e informação proporcionam, como páginas na Internet, *e-mails*, *chats*, listas de discussão, teletrabalho, educação a distância, acesso a bancos de dados, comércio eletrônico, entre outros.

Analisando a importância da organização para o estudo da temática das tecnologias da informação e comunicação e o Terceiro Setor, algumas considerações merecem destaque:

- o pioneirismo da RITS frente ao Terceiro Setor é uma associação de oportunidade e competência que garantem posição de destaque nas ações da organização. Isso se dá devido ao conhecimento envolvido nas ações articuladas pela organização, pela expertise e pelo próprio histórico da mesma, que permeia a história da Internet no Brasil, uma vez que o IBASE, o ALTERNEX e a RITS possuem muito em comum em suas ações;
- assume importância, também, a articulação oferecida pela RITS às redes de organizações do Terceiro Setor. A possibilidade de estender aos limites das ONGs a participação e efetivo uso das tecnologias é, sem dúvida, um passo no sentido de democratizar o acesso às redes, diminuindo a falta de informação que, muitas vezes, impede a ação estruturada e eficiente das organizações.

No entanto, pode-se observar que, apesar da RITS estar contribuindo significativamente para os avanços das tecnologias no Terceiro Setor, a grande dificuldade observada nas ONGs pesquisadas diz respeito ao fator técnico e humano associado à Rede.

A Internet ainda é um grande mistério para grande parte da população e isso se traduz também nas organizações da sociedade civil. Estes esforços são particularmente importantes, haja vista que boa parte das organizações estudadas ainda não reconhecem o potencial oferecido pelas tecnologias às suas ações. Quando o fazem, agem de maneira parcial e muitas vezes equivocada, investindo na aquisição de equipamentos e produtos, deixando de lado aspectos

humanos envolvidos no processo e suas posturas frente às mudanças e inovações.

O CDI (Comitê para Democratização da Informática), por sua vez, vai ao encontro dessas dificuldades observadas nas organizações. Na verdade, são dificuldades de grande parte da população e ela atua numa vertente básica que pretende, por meio do ensino de informática, ampliar o número de cidadãos com capacidade produtiva frente ao paradigma da tecnologia da informação. Ao mesmo tempo, pretende resgatar, nas pessoas mais carentes, o senso de cidadania e solidariedade.

O CDI faz das tecnologias o elemento facilitador do processo de resgate da cidadania das populações alvo de seus projetos.

Atualmente existem 23 CDIs regionais e 4 internacionais. Cada CDI é composto inicialmente pôr voluntários que efetivamente, possuem as tarefas de contatar outras organizações, dispostas a montar escolas de informática, organizar as campanhas para arrecadar equipamentos e fundos e dar suporte técnico, pedagógico e metodológico às escolas, incluindo a capacitação dos futuros instrutores (Baggio, 2000).

Por meio das tecnologias estas escolas buscam atingir seus objetivos e missões, compartilhando o conhecimento e disseminando as potencialidades que este mundo novo pode oferecer também aos excluídos.

O CDI é uma organização que atua utilizando a informática na busca pôr cidadãos comprometidos com um país justo e solidário. A organização, por meio de ações de caráter educativo, coloca ao alcance das populações mais carentes, o acesso ao computador e às tecnologias. Dessa forma, realiza seu principal papel que consiste em resgatar cidadãos comprometidos com um país mais solidário. O relato a seguir reforça a importância do uso da tecnologia como mediadora de ações sociais e educacionais.

“Em Campinas, o CDI é focado 80% do tempo muito mais na formação do educador/multiplicador do que no simples repassar de equipamentos. Isso porque acreditamos que um micro sem a discussão da cidadania pôr trás é só mais um caminho para a criação de “criminosos” da Internet. Saber fazer uso das tecnologias é tão ou mais importante que a tecnologia em si” (Relato de entrevista).

5 CONCLUSÃO E INDICAÇÕES DE PESQUISA

As evidências da incrível situação de desigualdade social, cultural e econômica que vivenciamos no país, bem como a grande parcela do mundo em desenvolvimento, são suficientes para percebermos que a máxima: “quem tem a informação tem o poder” é, mais do que nunca, atual e bastante ilustrativa para a análise do cenário do estudo.

Apesar de seu crescimento como elemento de estudo, lazer e comunicação, o microcomputador ainda é subutilizado por quase todas as parcelas da sociedade. A importância e relevância das tecnologias de comunicação e informação não só ao Terceiro Setor, mas a todas as organizações são incontestáveis. Entretanto, sua dinâmica de alcance e replicação, como rede que é, ainda é seletiva, excludente e, sobretudo, capitalista.

Há, dessa forma, uma unanimidade na importância da universalização do acesso à rede. Os interesses é que são diversos.

Nesse quadro pouco favorável, no contexto econômico mundial, uma vez que ainda e pôr muito tempo permaneceremos “periféricos”, as ações governamentais, as políticas e diretrizes, enfim, os planos e projetos de amplos segmentos da sociedade precisam ser realmente elaborados e implementados. Eles devem, sobretudo, visar à ampliação do acesso à informação pelo cidadão, como maneira de aumentar seu poder de questionar, de aprender e apreender, de criar, de buscar, de organizar, de representar e de sonhar.

Constatou-se claramente que as tecnologias de comunicação e informação, sobretudo por meio de redes digitais, são muitas vezes poucos familiares aos membros das ONGs estudadas. A dificuldade técnica e o preço dos equipamentos/provedores são limitantes. Entretanto, este fato foi constatado única e exclusivamente por meio da pesquisa realizada pôr *e-mail*, o que permite

inferir que os poucos que fazem uso destas TDCIs hoje, sabem dessas dificuldades e, certamente, passaram por elas para atingir o status atual.

Estamos longe de criar condições de acesso e uso efetivo para as universidades, faculdades e escolas em geral. O que dizer, então, das ONGs, pulverizadas ao longo do país, muitas vezes ocultas aos olhos da sociedade em geral.

Observa-se que, apesar da apropriação das tecnologias ocorrer de maneira heterogênea nas organizações estudadas, há indícios da importância percebida das potencialidades das TDCIs pelas organizações.

Evidencia-se, entre outros fatos, a significativa contribuição que os aspectos comunicacionais das tecnologias oferecem, principalmente os sistemas assíncronos (que permitem que as partes envolvidas no processo de comunicação não estejam necessariamente conectadas ao mesmo tempo).

No sentido de aumentar a capilaridade da Internet no país, o governo, por meio do programa Sociedade da Informação, está agindo de forma a relacionar as ações macros com a demanda da população. Cada um dos canais mais promissores para estas ações está nas ONGs, dada sua ampla penetração nos quatro cantos do país.

Acontece que, as mesmas ONGs que potencialmente representam este significativo esteio do projeto, são parte integrante dos infoexcluídos. Ou seja, as próprias organizações, vistas pelo governo como potenciais multiplicadores do acesso e alcance da Internet no país, além de muitos outros elementos associados às TDCIs são, hoje, impedidas de usar estas mesmas tecnologias. Isto ocorre por motivos como os proibitivos preços de suporte/equipamentos e acesso, seja pela baixa qualificação em assuntos específicos dentro destas organizações, ou ainda pela infra-estrutura de telecomunicações precária existente hoje no país. Resta saber como se dará este processo.

Vale, porém, ressaltar a atuação da RITS. Ela é entendida, no contexto do estudo sobre o *empowerment*, como uma organização que se propõe a oferecer, a outras organizações, recursos capazes de colocá-las no mundo digital.

A organização assegura, dentre outras formas de inclusão, a possibilidade das ONGs usufruírem do correio eletrônico, das redes de informação e comunicação, listas de discussão e grupos de notícias, acesso à base de dados e da assessoria para todas as empreitadas listadas. Da mesma forma, a RITS oferece a potencialidade das ONGs colocar na Internet toda e qualquer informação pertinente, por meio da manutenção de um espaço, oferecendo também serviços para a criação e hospedagem do mesmo em seus próprios computadores.

Ao oferecer a possibilidade das ONGs colocarem seus conteúdos na Internet, a RITS está oferecendo a elas a chance de disseminarem, dentre outras coisas a produção local, a informação e as notícias locais e compartilhar o saber com outras organizações, numa intensa troca de experiências e oportunidades. Pela experiência da RITS, estão surgindo iniciativas de redes coordenadas com objetivos comuns, utilizando a tecnologia como sustentação para a efetividade das ações.

Dessa maneira, pode-se entender a RITS como forte elemento no processo de estruturação de ações das ONGs no mundo da informação.

O *empowerment* oferecido pela organização representa ainda, um aspecto em processo de solidificação para que as ações estruturadas das ONGs ganhem força e constituam-se em verdadeiros pilares da sociedade da informação no Terceiro Setor. No entanto, as bases do projeto estão solidificadas em ações que, com certeza, ganharão mais força e consistência com o passar do tempo.

Percebe-se que há um leque enorme de possibilidades de pesquisas efetivas a serem desenvolvidas junto a organizações do Terceiro Setor. Essas

possibilidades estão, principalmente, no tocante ao uso de tecnologias, seja na questão da capacitação de usuários, no intercâmbio com fontes financiadoras, nas redes de relacionamentos e em questões de gestão, comunicação e marketing.

Em outra vertente importante de estudos futuros, destaca-se o Programa Sociedade da Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Este programa que está em pleno desenvolvimento e propõe-se a minimizar a exclusão digital do país pela criação de telecentros comunitários de acesso à Internet por meio de Organizações da Sociedade Civil.

Dentre as limitações mais significativas do presente estudo, vale destacar as dificuldades enfrentadas na busca pôr compreender o objeto de estudo num cenário maior, contextualizado como fenômeno de estudo. Isso implica em dificuldades principalmente metodológicas de pesquisa, uma vez que poucos são os estudos existentes nessa área que contemplam as organizações do Terceiro Setor e as TDCIs, que apresentam um quadro teórico metodológico definido e consistente.

No entanto, essa mesma característica confere ao presente trabalho uma singularidade própria. Isto porque o mesmo, apesar de suas limitações e possíveis imperfeições, está situado na vanguarda de um tema que se abre no novo milênio como de fundamental importância para os países em desenvolvimento, representado pela confluência das tecnologias de comunicação e informação, e as organizações do Terceiro Setor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, C. A. Internet no Brasil: o acesso para todos é possível? **Policy Paper**, Fundação Friedrich Ebert, n. 26, set., 2000. Disponível em: <http://www.fes.org.br/publi/policy_paper_26.pdf>. Acesso em: 04 abr.2001.

ALBERTINI, J. D. Evaluación de impacto social de la Red Científica Peruana e Internet en el Perú 1991-1995. In: FORO PERMANENTE DE REDES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 5, 1996, Peru. **Memória...** Peru: 1996. Disponível em: <<http://www.rcp.net.pe/VFORO/memorias/esp/diaz5.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2001.

ALENCAR, E. **Pesquisa qualitativa: roteiro de aula**. Lavras: UFLA, 1996. 114p. Apostila.

AMIN, M. A. Técnicas de Pesquisa Social através da Rede: Um impacto limitado. In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO SOBRE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DA INTERNET NO BRASIL, 1995, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: LNCC, 1998. Disponível em: <<http://www.ax.apc.org/~esocius/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2000.

AYRES, B. R. C. Os centros de voluntários brasileiros vistos como uma rede organizacional baseada no fluxo da informação. **DataGramZero**. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev01/Art_01.htm>. Acesso em: 05 abr. 2001.

BAGGIO, R. A Sociedade da informação e a infoexclusão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.2, p. 16-21, maio/ago. 2000.

BAUER, R. **Gestão da mudança: Caos e Complexidade nas Organizações**. Atlas. 2000. 256p.

BENAKOUCHE, T. Fatores sociais e culturais na utilização diferenciada de redes eletrônicas no Brasil: notas para discussão. In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO SOBRE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DA INTERNET NO BRASIL, 1995, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: LNCC, 1998. Disponível em: <<http://www.ax.apc.org/~esocius/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2000.

BOFF, L. **O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico**. Na construção da realidade. Petrópolis: Vozes, 1998. 174p.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Programa Sociedade da Informação**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/Temas/Socinfo/Default.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2000.

BURCH, S. Desafios para Democratizar las Nuevas Tecnologías: Las convergencias necesarias In: FORO PERMANENTE DE REDES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE,5, 1996, Peru. **Memória...** Peru: 1996. Disponível em: <<http://www.rcp.net.pe/VFORO/memorias/esp/diaz5.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2000.

CALLON, M. L. Agonie d'un laboratoire. In Callon, M. (Org.). **La science et ses réseaux**. Paris: Éditions La Decouverte, 1989. p.173-214.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Ed.Cultrix-Amana-Key, 1996. 256p.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede. A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1, 617p.

DAVIDOW, W. **Is the Internet good for democracy?** New York, out. 1997. Disponível em: <http://www.cba.uri.edu/Scholl/Papers/Strategic_Groups.html>. Acesso em: 25 set. 1998.

DRUCKER, P. Civilizando a cidade. In: HESSELBEIN, F. et al. (Ed.). **A comunidade do futuro: idéias para uma nova comunidade**. São Paulo: Futura Ed., 1998. p. 13-18 Trad. Bazán tecnologia e lingüística.

ENDLER, A. M. Governo eletrônico: a Internet como ferramenta de gestão dos serviços públicos. **Read - Revista eletrônica de administração**, Rio Grande do Sul, v.6, n.2, 2000. Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br/read14/artigo/artigo1.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2000.

FACHINELLI, A. C.; MARCON, C.; MOINET, N. A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação. **RITS**, Rio de Janeiro, mar. 2001. Seção 9. Disponível em: <<http://notitia.rits.org.br>>. Acesso em: 30 mar. 2001.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Registros de domínios. **Registro.br** São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.registro.br>>. Acesso em: 03 mar. 2001.

FERNANDES, R. **Privado porém público - O Terceiro Setor na América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 156p.

FISCHER, T.; CARVALHO. Poder local, redes sociais e gestão pública em Salvador - Bahia, In: Fischer, T. (Org.). **Poder local, governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1993. 257p.

FORD, A. "Procesados por otros": diferencias infocomunicacionales y sociocultura contemporánea. **DataGramZero**, abr. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr00/Art_04.htm>. Acesso em: 05 out. 2000.

FORTIER, F. **Civil society computer Networks the perilous road of cyberpolitics**. 1999 139p. Dissertação (Doctor of Philosophy Graduate Programme in Political Science). York University North York, Ontario. Disponível em: <<http://www.interasia.org/background/fortier.html>>. Acesso em: 05 abr. 2000.

GATES, W. H. **A empresa na velocidade do pensamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 448p.

GRESHAM, J.L. From Invisible College to Cyberspace College: Computer Conferencing and the Transformation of Informal Scholarly Communication Networks. **Interpersonal Computing and Technology**, North Caroline, n.4, oct. 1994. Disponível em: <<http://www.lib.ncsu.edu/stacks/i/ipct/ipct-v2n04-gresham-from.txt>>. Acesso em: 02 fev. 1999.

HAMBURGUER, E. I., A Internet no contexto da pesquisa sobre novas mídias. In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO SOBRE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DA INTERNET NO BRASIL, 1995, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: LNCC, 1998. Disponível em: <<http://www.ax.apc.org/~esocius/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2000.

HILLS, M. **Intranet como Groupware**. São Paulo: Berkeley Brasil, 1997. 253p.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Ed. 34 1993. 203p.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. 260p.

LINCOLN, Y.; GUBA, E. **Fourth generation evaluation**. California: Newberry Park, 1989.

LIPNACK, J.; STAMPS, J. **Networks: redes de conexões - pessoas conectando-se com pessoas**. São Paulo: Aquariana, 1992. 259p.

LOPES, S. A., Potencialidades do uso das redes na organização da sociedade civil e a experiência das entidades filiadas ao AlterNex. In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO SOBRE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DA INTERNET NO BRASIL, 1995, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: LNCC, 1998. Disponível em: <<http://www.ax.apc.org/~esocius/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2000.

LOPES, S. A. **A teia invisível: informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais**. 1997. 234p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT/CNPq - ECO/UFRJ, Rio de Janeiro.

MACEDO, T. M. B. Redes informais nas organizações: a co-gestão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília v. 28, n.1, p. 94-99, jan./abr. 1999.

MARTELETO, R. M. Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais. **DataGramZero**, fev. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev01/Art_02.htm>. Acesso em: 05 abr. 2001.

MATURANA, H., VARELA F.. Autopoiesis and Cognition: the realization of the living. **Boston Studies in the Philosophy of Science**, Dordrecht: v. 42, 1980.

MELUCCI, A. Um objeto para os movimentos sociais. **CEDEC -Revista de Cultura e Política**, São Paulo, SP, n.17, p.49-66, jun. 1989.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996. 421p.

NUA INTERNET SURVEYS. 2001. Disponível em: <http://www.nua.ie/surveys/how_many_online/index.html>. Acesso em: 06 jun. 2001.

OFFE, C. O novo poder. **Veja**, São Paulo, v. 31, n. 14, p. 11-13, abr. 1998. Entrevista.

PAES, J. E. S. **Fundações e entidades de interesse social**. 2.ed. Brasília: Brasília Jurídica, 1999. 488p.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. California: Sage, 1990. 298p.

PECI, A. Emergência e Proliferação de Redes Organizacionais – Marcando Mudanças no Mundo dos Negócios. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999. Org-007. CD-ROM.

PINHANEZ, C. Internet in developing countries : the case of Brazil, In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO SOBRE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DA INTERNET NO BRASIL, 1995, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: LNCC, 1998. Disponível em: <<http://www.ax.apc.org/~esocius/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. 1999. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/HDR/Hdr99/HDR99.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2000.

PRETTO, N. A educação e as redes planetárias de comunicação. In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO SOBRE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DA INTERNET NO BRASIL, 1995, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: LNCC, 1998. Disponível em: <<http://www.ax.apc.org/~esocius/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2000.

RODRIGUES, M. C. **A sociedade contemporânea constrói um novo mundo: O virtual. Um estudo sobre a utilização da Internet por ONG's brasileiras.** 1999. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Disponível em: <<http://www.mundovirtual.adm.br>>. Acesso em: 02 mar. 2000.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola-Centro João XXIII, 1993. 143p.

SCHERER-WARREN, I. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. In: OLIVEIRA, F. et al. **Sociedade civil: organizações e movimentos.** São Paulo: SEADE, 1994. p.6-14.

SCHERER-WARREN, I. Redes e espaços virtuais: uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação. **Cadernos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, n.11 p.1-15, 1997.**

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** Rio de Janeiro: Hucitec, 1999. 145p.

- SCHILLER, H. **Information inequality**. Nova York : Routledge, 1996. 145p
- SERVA, M. O. Estado e as ONGS: uma parceria complexa. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.31, n.6, p.41-54, 1997.
- TENÓRIO, F. G. **Gestão de Ongs: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 158p.
- THUROW, L.C. A comunidade econômica e o investimento social. In: HESSELBEIN, F. et al. (Ed.). **A comunidade do futuro: idéias para uma nova comunidade**. Trad. Bazán tecnologia e lingüística. São Paulo: Futura, 1998. p. 31-37.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Atlas, 1997. 494p.
- WIESENFELD K. et al. Communication Patterns as Determinants of Organizational Identification in a Virtual Organization. **Journal of Computer-Mediated Communication**, Jerusalem, v.3, n.4, 1998. Disponível em: <<http://jcmc.mscc.huji.ac.il/vol3/issue4/wiesenfeld.html>>. Acesso em: 12 mar. 1999.

ANEXOS

QUESTIONÁRIOS APLICADOS AS ONGs

APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO PÔR ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.

Mário Lucio de Ávila
Departamento de Administração e Economia
Universidade Federal de Lavras

O questionário a seguir é parte da pesquisa de dissertação em administração realizada pelo mesmo autor para obtenção do grau de mestre. As questões estão divididas em três partes: informações gerais, tecnologias e redes digitais e opinião. O tempo estimado para o preenchimento é de 30 minutos. Obrigado pela colaboração.

A. Dados pessoais (apenas para controle de respondentes, não serão citados na pesquisa)

Identificação:

Organização/organizações que atua:

.....

Endereço para contato:

E-mail:

Fone:

B. Tecnologias e Redes de conexões (responder pela organização)

B1. Faz uso de alguma(s) tecnologia abaixo listada?

- | | |
|--------------------------|-------------------|
| <input type="checkbox"/> | E-mail |
| <input type="checkbox"/> | WWW |
| <input type="checkbox"/> | Vídeo conferência |
| <input type="checkbox"/> | Chat |

- | | |
|--------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Listas/grupo de discussão |
| <input type="checkbox"/> | ICQ/Com VC/Instant Messenger |
| <input type="checkbox"/> | Nenhuma |
| <input type="checkbox"/> | Outras. Quais:..... |

B2. Está associada/vinculada a alguma associação/rede/fórum?

<input type="checkbox"/>	ABONG	<input type="checkbox"/>	Comunidade Solidária
<input type="checkbox"/>	Rede Saci	<input type="checkbox"/>	Rede Voluntária
<input type="checkbox"/>	Fórum Brasileiro de ONGs	<input type="checkbox"/>	Rede Cerrado
<input type="checkbox"/>	Rede Brasileira de Educação Ambiental	<input type="checkbox"/>	Rede Brasileira sobre instituições Financeiras Multilaterais
<input type="checkbox"/>	Rede Mineira de ONGs	<input type="checkbox"/>	PROAONG
<input type="checkbox"/>	Coalisão Rios Vivos	<input type="checkbox"/>	Rede Criança
<input type="checkbox"/>	RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor	<input type="checkbox"/>	Rede OCARA
<input type="checkbox"/>	Rede Água Brasil	<input type="checkbox"/>	Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos
<input type="checkbox"/>	Rede Clima Brasil	<input type="checkbox"/>	Rede Paulista de Educação Ambiental
<input type="checkbox"/>	Rede ASPTA	<input type="checkbox"/>	FASE
<input type="checkbox"/>	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas	<input type="checkbox"/>	ALOP
<input type="checkbox"/>	Rede de ONG's da Mata Atlântica	<input type="checkbox"/>	Outras. Quais:.....

B3. Acredita que as tecnologias da informação podem colaborar em quais processos/ações do/no Terceiro Setor (enumere em ordem de importância)

<input type="checkbox"/>	Comunicação
<input type="checkbox"/>	Gestão
<input type="checkbox"/>	Captação de recursos
<input type="checkbox"/>	Articulação política
<input type="checkbox"/>	Marketing
<input type="checkbox"/>	Capacitação
<input type="checkbox"/>	Outros. Quais:.....

B4. Quais as dificuldades que as organizações enfrentam hoje, no tocante às tecnologias da informação? (enumere em ordem de importância)

<input type="checkbox"/>	Preço de equipamentos
<input type="checkbox"/>	Preço de provedores
<input type="checkbox"/>	Capacitação técnica

<input type="checkbox"/>	Tecnologia defasada
<input type="checkbox"/>	Conteúdo da WWW disperso/confuso
<input type="checkbox"/>	Treinamento
<input type="checkbox"/>	Cultura desfavorável
<input type="checkbox"/>	Outros. Quais:.....

C. Opinião

C1. Na sua opinião, qual a contribuição dada pelas tecnologias da informação ao 3º setor?

C2. Qual o alcance que você acredita existir no fenômeno e as expectativas futuras para as organizações do 3º setor?

C3. As redes de organizações são reflexos das tecnologias ou apenas potencializam-se em virtude destas. Discuta a afirmação.

C4. Quais os principais desafios para as redes de conexões do 3º setor?

C5. Como enfrentar esses desafios?

C6. Sugestões, dúvidas, esclarecimentos:

ESTATUTO - RITS

Capítulo I - Da Denominação, Sede e Finalidades.

Artigo 1º: A instituição **RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor** é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter social e cultural, isenta de quaisquer preconceito ou discriminação seja raça, credo religioso, cor ou política, quer em suas atividades e objetivos sociais, quer entre os componentes de seu quadro associativo.

Artigo 2º: A instituição tem foro e sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo, entretanto, sua diretoria independentemente de autorização da Assembléia Geral, criar ou fechar escritório ou filiais em qualquer ponto no País e no exterior a seu critério, sendo indeterminado o seu tempo de duração.

Artigo 3º: A instituição **RITS** tem pôr objetivo produzir e disseminar informações úteis ao desenvolvimento sustentado do País, beneficiando sobretudo as camadas de baixa renda. Para a consecução de seus objetivos maiores terá pôr finalidades e atividades, não exaustivamente:

- a) Produzir, agregar e difundir informações sobre as organizações da sociedade civil no Brasil e no exterior, bem como de suas relações com os governos e com setor privado;
- b) Produzir, agregar e difundir informações sobre as questões e temas de interesse para os indivíduos e as organizações da sociedade civil no Brasil e no exterior, entre os quais programas de geração do trabalho e renda, ações de prevenção e tratamento de saúde, educação, cultura, esporte, saneamento, habitação, população em situação de risco, no Brasil e no exterior, assim como fomentar estudos e pesquisas;

- c) Apoiar, assessorar e treinar pessoas e/ou organizações voltadas para a promoção social das áreas mais carentes da sociedade;
- d) Produzir trabalhos escritos e audiovisuais, seminários, cursos, debates, conferências e congressos sobre a atividade das organizações não governamentais e sem fins lucrativos no Brasil e exterior, bem como suas relações com os governos e com o setor privado;
- e) Promover campanhas de arrecadação de fundos, publicações, periódicos, revistas, livros etc, prestar serviços fornecer e intermediar bens culturais de qualquer tipo, informações e dados produzidos através da instituição, bem como de assinaturas e espaços virtuais (home-pages, etc), de sua rede e produtos de divulgação, podendo exercitar comercialização desde que o produto de toda sua atividade econômica reverta integralmente para realização de novos trabalhos ou continuação dos já existentes;

Artigo 4º: A instituição poderá firmar convênios, contratos, parcerias e intercâmbios, promovendo iniciativas conjuntas com organizações e instituições públicas e/ou privadas nacionais, estrangeiras, internacionais e multilaterais, visando a realização de seus objetivos.

Capítulo II - Da Constituição Social.

Artigo 5º: A instituição é constituída de sócios fundadores, os que participaram da Assembléia de constituição da instituição; de sócios efetivos, pessoas físicas ou jurídicas, admitidas ao quadro social da instituição mediante, proposta aprovada pela diretoria "ad referendum" da Assembléia Geral, os quais poderão, ou não, contribuir financeiramente ou com trabalho voluntário para a instituição; e, de sócios beneméritos, pessoas físicas ou jurídicas que contribuam eventualmente com recursos financeiros ou serviços voluntários para

a consecução dos objetivos da instituição. Nenhum de seus sócios responde pelas obrigações sociais da instituição, nem tampouco percebe qualquer remuneração direta ou indireta, pôr prestação de serviços ou pelo exercício de cargo em sua diretoria, sendo vedada a distribuição de lucros e/ou dividendos a qualquer título.

Parágrafo 1º: Somente os sócios fundadores e os sócios efetivos poderão votar e ser votados para cargos de direção da instituição;

Parágrafo 2º: Os sócios beneméritos têm pôr direito participar da Assembléia, podendo manifestar-se na mesma, sendo-lhes vedado o direito de votar a ser votado. Os sócios beneméritos poderão, eventualmente, ingressar no quadro de sócios efetivos da instituição; e,

Parágrafo 3º: As pessoas jurídicas participantes do quadro de sócios far-se-ão representar nas Assembléias pôr um delegado credenciado.

Capítulo III - Da Administração e Órgão Auxiliares.

Artigo 6º: A administração social se fará através da diretoria eleita pela Assembléia Geral com a competência expressa nestes estatutos.

Artigo 7º: A Assembléia Geral é órgão soberano da instituição, com as atribuições e poderes que lhe são conferidos pôr lei, e particularmente:

- a) eleger a diretoria e o Conselho Fiscal;
- b) propor e aprovar a admissão de novos sócios efetivos e beneméritos, bem como referendar os sócios efetivos e beneméritos indicados pela diretoria;
- c) propor e aprovar a exclusão de sócios de qualquer categoria, cuja conduta revele-se indigna de pertencimento aos quadros associativos da instituição;

- d) examinar e aprovar o relatório, balanço e contas anuais da diretoria;
- e) autorizar e deliberar sobre matérias de interesse da instituição;
- f) autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens imóveis pertencentes à instituição.

Artigo 8º: A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada ano, e extraordinariamente sempre que convocada pela diretoria, pelo Conselho Fiscal ou pela maioria dos seus sócios fundadores e efetivos.

Artigo 9º: A Assembléia Geral será convocada com prazo mínimo de cinco (05) dias, mediante aviso a todos os associados, pôr qualquer meio de comunicação, assim considerados os de comunicação de massa ou não, postais ou não, de acesso direto ou indireto a seus associados, desde que devidamente comprovado. A Assembléia Geral será instalada com o "quorum" de ao menos um terço (1/3) dos sócios fundadores e efetivos, em primeira convocação e com qualquer número em segunda convocação meia hora depois, podendo a presença ocorrer pôr via de métodos remotos de tecnologia disponível a todos, desde que submetidos a forma de comprovação de presença, admitida a outorga de poderes para cômputo do quorum.

Artigo 10º: A Assembléia será instalada pelo presidente da instituição ou, em sua falta, pelo vice-presidente.

Artigo 11º: O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da instituição e será composto de 3 (três) membros efetivos, com mandato de três (3) anos, admitida sua reeleição pôr um único período.

Artigo 12º: Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar os atos da diretoria da instituição e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- b) opinar sobre o relatório anual circunstanciado, pertinente às atividades da instituição e sua situação econômica, financeira e contábil, fazendo constar do seu parecer informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da diretoria;
- c) opinar sobre o orçamento anual ou plurianual da instituição quanto aos aspectos da viabilidade econômica e financeira;
- d) examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras da instituição e sobre os demais dados concernentes à prestação de contas e aos relatórios anuais;
- e) recomendar à diretoria da instituição a adoção de medidas corretivas que julgar convenientes.

Parágrafo 1º: O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez pôr ano e, extraordinariamente, pôr deliberação própria ou quando convocado pela Diretoria.

Parágrafo 2º: As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser registradas nas atas de suas reuniões.

Artigo 13º: O presidente, o vice-presidente, o secretário e o tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral com mandato de três (3) anos, constituem a diretoria da instituição, admitida a reeleição pôr um único período.

Artigo 14º: Compete à diretoria:

- a) nomear e demitir o Secretário-Executivo, delegando-lhe os poderes constantes do Artigo 22º e seus parágrafos 1º, 2º e 3º;
- b) admitir sócios efetivos e colaboradores "ad referendum" da Assembléia Geral;
e,
- c) definir a programação e o orçamento anual da instituição bem como acompanhar a sua execução.

Artigo 15º: Ao presidente compete representar a instituição ativa e passivamente em juízo ou fora dele, convocar e presidir as reuniões da Assembléia bem como nomear procuradores para fins especiais em nome da instituição.

Artigo 16º: Ao vice-presidente compete assessorar o presidente e substituí-lo em suas ausências ou impedimentos, ou ainda, em caso de vaga, até a eleição de substituto definitivo, pela primeira Assembléia Extraordinária.

Artigo 17º: Ao secretário compete supervisionar os trabalhos de secretaria da diretoria.

Artigo 18º: Ao tesoureiro compete supervisionar os trabalhos de tesouraria e os serviços contábeis, bem como remeter relatório financeiros anuais da instituição ao Conselho Fiscal.

Artigo 19º: A diretoria reunir-se-á sempre que necessário, devendo ser convocada com antecedência mínima de três (03) dias. A diretoria deverá reunir-se pelo menos duas vezes ao ano.

Artigo 20º: Toda emissão e aceites de títulos de créditos e documentos que envolvam obrigação ou responsabilidade para a instituição serão obrigatoriamente assinados pelo presidente e mais um dois membros da

diretoria, ou pôr procuradores pôr eles nomeados, em conjunto ou separadamente, com poderes especiais, com valores limites a serem definidos no texto de cada procuração para contratos comerciais e/ou financeiros. É vedada a utilização da denominação social para a prestação de avais ou fianças de favor.

Artigo 21º: Na forma do artigo 5º destes estatutos sociais, é vedado aos membros da diretoria e do Conselho Fiscal perceberem quaisquer remunerações, direta ou indiretamente, pôr prestação de serviços ou pelo exercício de cargo na diretoria e no Conselho, não respondendo, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Artigo 22º: O Secretário-Executivo é o encarregado da gestão da instituição, da forma como determinado neste estatuto, sendo contratado pela diretoria. Enquanto estiver no exercício das funções atribuídas ao Secretário-Executivo, terá suspensos seus direitos de sócio, quando for o caso. Suas tarefas, de cunho delegado, também poderão ser objeto de delegação e outorga de poderes específicos e limitados a outros não previstos estatutariamente, pôr via de instrumento próprio, a critério da Diretoria.

Parágrafo 1º: Compete ao Secretário-Executivo:

- a) Contratar e organizar a estrutura funcional da instituição;
- b) Detalhar e executar a programação definida pela diretoria;
- c) Criar e desenvolver projetos, contratando, inclusive, os serviços de terceiros para tais fins, e;
- d) Prestar contas dos trabalhos efetuados e da gestão financeira sob a sua execução, perante a diretoria.

Parágrafo 2º: Competem ao presidente e ao tesoureiro abrir e movimentar contas bancárias, emitir cheques, requisitar talões de cheques, autorizar transferências de valores pôr carta, autorizar aplicações financeiras de recursos disponíveis e, ainda, assinando isoladamente, endossar cheques e ordens de pagamentos do País ou do exterior, para depósito em conta bancária da instituição. Todos esses atos poderão vir a ser praticados pôr delegação de poderes específicos e revogáveis, pôr tempo indeterminado ou não e com a devida reserva de iguais poderes, pelo Secretário-Executivo quando no exercício de sua função, assinando sempre em conjunto com o Presidente, com o Tesoureiro ou com outra pessoa com poderes outorgados.

Capítulo IV - Do Patrimônio, Rendimentos e sua Aplicação.

Artigo 23º: Os recursos e o patrimônio da instituição provêm de contribuições dos sócios, de verbas a ele encaminhados pôr instituições financiadoras de obras sociais e afins, de produtos pôr ela comercializado na forma estabelecida no artigo 3º, letra "e" deste Estatuto, bem como de doações e subvenções.

Parágrafo 1º: Todos os bens e recursos serão obrigatoriamente aplicados nas finalidades às quais a instituição de destina.

Parágrafo 2º: A compra de bens imóveis far-se-á mediante decisão da Assembléia.

Capítulo V - Da Dissolução.

Artigo 24º: A instituição entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou pôr deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada, mediante voto favorável de pelo menos dois terços (2/3) dos sócios fundadores e efetivos presentes.

Artigo 25º: O presidente é o liquidante nato da instituição. Em caso de impedimento declarado pelo mesmo, a Assembléia poderá nomear outro membro do quadro social participante.

Artigo 26º: A mesma Assembléia que deliberar a liquidação ou dissolução, poderá determinar a destinação dos bens e patrimônio remanescente a outra instituição, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sem prejuízo da liquidação que não se aterá, no atendimento do passivo, a qualquer prévia destinação.

Capítulo VI - Das Disposições Finais.

Artigo 27º: Os presentes estatutos sociais somente poderão sofrer alterações parcial ou geral pôr deliberação de dois terços (2/3) dos sócios fundadores e efetivos da instituição, admitindo-se para este fim o voto pôr procuração escrita.

Os presentes estatutos sociais são como aprovados na assembléia de fundação da **RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor**, alterados em parte posteriormente, pelas Assembléias Gerais dos dias 03 de setembro de 1998 e de 21 de julho de 2000.

LINKS IMPORTANTES PARA APROFUNDAMENTO NO TEMA

www.abong.org.br

www.alternex.com.br

www.aprendiz.org.br

www.cdi.org.br

www.comunidadesolidaria.org.br

www.geocities.com/RainForest/Jungle/1898/

www.inclusaodigital.com.br

www.infolink.com.br/~peco/ligong.htm

www.mct.gov.br

www.meioambiente.com.br

www.ongba.org.br/org/gamba/home.html

www.portaldovoluntario.org.br

www.rcp.net.pe/VFORO/

www.rits.org.br

www.sampa.org.br

www.socinfo.org.br

www.sp.senac.br

GLOSSÁRIO

Compilar Traduzir um conjunto de símbolos em outros usando regras sintáticas e semânticas

Conteúdo Todas as informações utilizáveis pelo usuário que passam pela Internet. São conteúdos, pôr exemplo, as homepages, as mensagens e os endereços de correio eletrônico, os acervos das bibliotecas digitais etc.

Correio eletrônico Modalidade de transmissão de mensagens pôr meio de rede eletrônica, em particular a Internet. Usa-se também a forma inglesa *E-mail*.

File Transfer Protocol – FTP Protocolo usado para transferir arquivos entre computadores (Protocolo de transferência de arquivos).

Hardware Componentes físicos de um sistema de computador.

Host No contexto da Internet um host é um computador ou dispositivo que possua um endereço Internet e possa se comunicar com outros hosts. É um nó da rede.

ICQ Representação sonora de *I seek you*. Um dos diversos serviços de mensagem instantânea disponíveis na Internet, que estabelece conexão para troca de mensagens, em tempo real, entre duas ou mais pessoas conectadas simultaneamente à Internet.

Microeletrônica Tecnologia de construção de circuitos e dispositivos eletrônicos em invólucros muito pequenos.

Network Grupo de computadores e dispositivos complementares conectados pôr meio de recursos de telecomunicações.

News(groups) Grupos que entram em interação *on-line* em redes digitais, discutindo assuntos de interesse comum. Diz-se também grupos de discussão.

Optoeletrônica Ramo da eletrônica no qual são estudadas as propriedades e o comportamento da luz.

Prototipagem Primeiro tipo ou exemplar, modelo..

Site Coleção de páginas da web referentes a um assunto, instituição, empresa, pessoa etc. Diz-se também website. A forma portuguesa sítio é pouco usada.

Software Programas de computador; instruções que fazem com que as máquinas realizem o trabalho.

Word Wide Web – WWW Teia global. Enorme conjunto de documentos e serviços, que faz parte da Internet, organizados em forma de páginas de hipertexto, em que cada página é identificada pôr um URL. Também é chamada de web.

TI Tecnologia da Informação

